



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2023
AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de Material de Consumo e Equipamentos Hospitalar e Odontológicos, destinados à Unidade Municipal de Saúde Dr. Fausto Luiz de Melo Marinho.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:30 horas do dia **26/04/2023**.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h:31m às 09h:15m do dia **26/04/2023**.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30m do dia **26/04/2023**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br “Acesso Identificado no link - licitações”.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

O edital completo estará à disposição dos interessados no site www.bllcompras.com e no sitio Eletrônico do Município: www.itambaraca.pr.gov.br - LICITAÇÕES - ou <http://131.108.231.254:8090/portaltransparencia/>.

Itambaracá/Pr, 10 de abril de 2023

Mônica Cristina Zambon Holzmann
Prefeita Municipal



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2023
DATA DA REALIZAÇÃO: 26/04/2023

PROCESSO LICITATÓRIO NÃO EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MEI

1. PREÂMBULO

O Município de Itambaracá, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF nº 76.235.738/0001-08, com sede à Avenida Interventor Manoel Ribas, 06, Centro, através da Prefeita Municipal Senhora Mônica Cristina Zambon Holzmann, usando a competência delegada no Decreto Municipal nº 4661/2021 de 06 de maio de 2021, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, pelo **Sistema de Registro de Preços**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, no endereço eletrônico: www.bll.org.br “Acesso Identificado”, tendo por objeto a aquisição descrita no Anexo I – Termo de Referência do presente Edital.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, Decreto Federal nº 7.892/13, bem como, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes da Lei nº 8.666/93, Leis Complementares 123/2006, 147/2014 e 155/2016.

1.1. A sessão será conduzida pelo Pregoeira Sr.^a Ariovaldo Martins, e será auxiliado pela Equipe de Apoio as Sr.^a Eliete Caetano Domingues Velani e Andréia Silvestrini, designados pela Portaria 125/2021, de 29 de março de 2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 30 de março de 2021, edição 2232.

1.2. **Este edital NÃO é exclusivo para Micro, Pequena Empresa e MEI's, e não possui cota reservada, por conta da impossibilidade de identificar a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local e regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, nos termos do Artigo 49, incisos II e III da LC 123/06, alterada pela LC 147/14; porém o mesmo contempla os benefícios da regularidade fiscal e trabalhista e o empate ficto para as empresas enquadradas nesta condição.**

1.3. O referido Edital estará disponível no Departamento de Licitações e poderá ser adquirido pelos interessados através do site www.itambaraca.pr.gov.br no link www.itambaraca.pr.gov.br - ou <http://131.108.231.254:8090/portaltransparencia/>, e/ou www.bll.org.br no link BLL Compras.

1.4. *Sem prejuízo das publicações necessárias, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, estarão disponíveis no site supracitado, cabendo aos interessados inteira responsabilidade de acompanhar as informações*



prestadas pelo Município, não cabendo aos mesmos, alegar desconhecimento sobre quaisquer informações prestadas com referência ao edital em questão.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. OBJETO: PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de Material de Consumo e Equipamentos Hospitalar e Odontológicos, destinados à Unidade Municipal de Saúde Dr. Fausto Luiz de Melo Marinho.

2.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.1.3. Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

2.2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

2.2.1. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:30 horas do dia **26/04/2023**.

2.2.2. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h:31m às 09h:15m do dia **26/04/2023**.

2.2.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30m do dia **26/04/2023**.

2.2.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

2.2.5. LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br “Acesso Identificado no link - licitações”.

2.2.6. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Avenida Interventor Manoel Ribas, nº 06, Centro, Itambaracá, Estado do Paraná, CEP: 86.375-000;

Através da plataforma BLL: www.bllcompras.com

E-mail: licitacao@itambaraca.pr.gov.br

2.2.7. FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

2.2.8. INFORMAÇÕES:

2.2.8.1. Endereço: Avenida Interventor Manoel Ribas, nº 06 – Itambaracá – Pr.

2.2.8.2. Telefone: (43) 3543-1224 ou pelo e-mail: licitacao@itambaraca.pr.gov.br.

2.3. Para participação na licitação, os interessados deverão providenciar o seu cadastramento, sua certificação e seu credenciamento no Portal de Licitações Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.



2.4. ANEXOS DO EDITAL

- ANEXO I** – Termo de Referência do Objeto;
ANEXO II - Declaração Unificada;
ANEXO III – Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da BLL;
Anexo III - A – Anexo ao Termo;
ANEXO IV – Custo pela utilização do sistema;
ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços Ajustada;
ANEXO VI – Termo de Minuta de Contrato

3. 3. DO VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor máximo total do objeto é R\$ 12.381,60 (doze mil trezentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), obtidos através de orçamentos de empresa do ramo de atividade, Nota Paraná/Menor Preço e Editais de outros Municípios do Estado do Paraná.

3.2. As despesas decorrentes da presente licitação onerarão os seguintes recursos orçamentários:

10.002.10.301.0013.1073			
371	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	31334
10.002.10.301.0013.2038			
375	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303
382	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01303
10.002.10.301.0013.2046			
388	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1494
10.002.10.301.0013.2083			
392	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000
393	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01504
394	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01510
395	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01511
10.002.10.301.0013.2106			
399	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	31329
10.002.10.301.0013.2107			
403	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01495
10.002.10.301.0013.6008			
406	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303
10.002.10.304.0013.2047			
411	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1494
10.002.10.305.0013.2045			
415	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1494
MATERIAL DE CONSUMO TOTAL			410.372,93
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE TOTAL			19.997,79
Total Geral			430.370,72

4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

4.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações do Brasil - BLL**. A utilização do sistema de



pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada nos §§ 2º e 3º do Artigo 2º da Lei 10.520/02 e Decreto 10.024/2019.

4.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Itambaracá denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações do Brasil** (www.bll.org.br).

4.3. Os licitantes deverão acessar diariamente o site acima indicado a fim de tomar ciência acerca de comunicados com referência a eventuais alterações.

4.4. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

4.4.1. Havendo participação de “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”, serão adotados os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no que dispõem os artigos 3º, 42º a 45º.

5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;

6.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

6.4. Não será admitida a participação, direta ou indiretamente na licitação:

6.4.1. Servidor, dirigente do órgão ou responsável pela licitação que tenha participação direta ou indireta com a licitante. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

6.4.2. Quem estiver sobre processo de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que estejam cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.



6.4.2.1. No caso de empresa em recuperação judicial, ressalva-se a possibilidade da participação desde que apresente certidão emitida pela instância judicial competente, a qual certificará que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

6.4.4. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666 de 1993;

6.4.5. Servidor integrante do quadro funcional do Município de Itamaracá/Pr, seja como sócio, cotista ou dirigente, ou ainda, cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do Município de Itamaracá/Pr, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança.

6.5. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, telefone: (041) 3042- 9909 – até horário fixado neste edital para apresentação da proposta e início do pregão.

6.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (**ANEXO III**).
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela **Bolsa de Licitações e Leilões (ANEXO III)**;
- c) O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado a título de custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002, e em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, anexo 04 (**ANEXO IV**).

6.7. Justificativa para não aplicação do Artigo 48, inciso I, da Lei complementar 123/06:

6.7.1. Justifica-se a não aplicação do artigo citado acima, com fulcro no Art. 49, inciso II, tal medida se justifica devido ao fato que após pesquisa de mercado para abertura do referido certame, foi verificado que não houveram fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:



-
- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - c) abrir as propostas de preços;
 - d) analisar a aceitabilidade das propostas;
 - e) desclassificar propostas indicando os motivos;
 - f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - h) declarar o vencedor;
 - i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
 - k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

7.2. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

7.2.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 6.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa de Licitações e Leilões**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.blcompras.com, fone: (41) 3097-4600.

7.2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.2.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.2.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa De Licitações e Leilões**.

7.2.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.2.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.3. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

7.3.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da



corretora de mercadorias ou licitante direto) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.3.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

7.3.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da **Bolsa de Licitações e Leilões** ou pelo e-mail **contato@bll.org.br**.

7.3.4. Os documentos relativos à Habilitação, exigidos neste edital, deverão ser anexados em local específico no site da BLL até a data e o horário definidos no preâmbulo do edital;

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, Marca e Modelo (quando for o caso), preço do produto/equipamento, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2. O envio da proposta, (acompanhada dos documentos de habilitação, quando exigidos no sistema), ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.7.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do site www.bllcompras.com, a partir da liberação do edital, até o horário e data estipulados no preâmbulo do edital:

8.7.1.1. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES**, Marca e Modelo (quando for o caso) dos serviços e/ou materiais ofertados. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações dos serviços e/ou materiais neste campo,



implicará na **desclassificação** da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

8.7.1.2. Quando a Marca/Modelo e/ou Fabricante e/ou Origem do produto identificar o licitante, poderá o mesmo usar a indicação "MARCA PRÓPRIA", visto que é vedada a identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

8.7.1.3. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO I**.

8.7.1.4. O licitante deverá dar oferta de forma clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.7.2. As propostas **NÃO** podem conter qualquer identificação do licitante proponente (tais como nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc), sob pena de desclassificação, conforme Decreto 10.024/2019, Art. 30, § 5º.

8.7.3. A apresentação de proposta na licitação será considerada como evidencia de que a proponente:

a) Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e obteve todas as informações necessárias para a sua formulação.

b) Considerou que os elementos desta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente condizente com o objeto licitado.

c) Sendo vencedor da licitação, assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos objetos em todas as fases.

8.7.4. As propostas apresentadas e os lances formulados incluem todas e quaisquer despesas necessárias e dispensáveis para a perfeita execução das obrigações decorrentes desta licitação e do respectivo termo contratual e devem ser elaboradas em conformidade com a legislação aplicável e as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, seus anexos e os fatores a seguir:

a) Deverão ser consideradas pelos proponentes todos os custos e despesas necessárias ao fornecimento dos materiais/equipamentos do Anexo I deste edital.

b) Especificação do objeto, observadas as características exigidas no presente edital;

c) Validade da proposta: 60 (sessenta dias), contados da data de abertura das Propostas de Preço;

d) Os valores cotados deverão ser expressos em real, com até 02 (duas) casas após a vírgula;

e) Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

8.7.5. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, NAS FICHAS TÉCNICAS OU DOCUMENTOS, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO. Decreto 10.024/2019, Art. 30, § 5º.

8.7.6. O município não aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto, na forma da lei.



8.7.8. Não será aceito e-mail ou outra forma de comunicação informando, engano, erro ou omissão da parte da empresa ou de representante relativo à proposta de preços.

8.7.9. As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no edital (referente ao valor unitário do item/lote) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados.

8.7.10. OS PREÇOS OFERTADOS, TANTO NA PROPOSTA INICIAL, QUANTO NA ETAPA DE LANCES, SERÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO LICITANTE, NÃO LHE ASSISTINDO O DIREITO DE PLEITEAR QUALQUER ALTERAÇÃO, SOB ALEGAÇÃO DE ERRO, OMISSÃO OU QUALQUER OUTRO PRETEXTO.

9. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando O PREGOEIRO a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante, bem como aquelas que não estejam em conformidade com os outros requisitos estabelecidos no edital.

9.3. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, será aberta a sessão pública de disputa de preços na internet, no sitio eletrônico www.bllcompras.com, por comando do Pregoeiro.

10.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.3. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.



10.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

10.5. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

10.6. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes. **Decreto 10.024/2019, Art. 30, § 5º.**

10.7. Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da última proposta eletrônica para efeito da classificação final.

10.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.9. Após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances fica a critério do PREGOEIRO a autorização da correção de lances com valores digitados errados, porém durante a fase de habilitação, NÃO SERÁ REALIZADA NENHUMA CORREÇÃO, NEM DESCLASSIFICAÇÃO do licitante para o lote alegando como motivo “erro de cotação” ou qualquer outro equívoco da mesma natureza.

10.9.1. APÓS A SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES, DURANTE A FASE DE ACEITAÇÃO/HABILITAÇÃO NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE aduzindo em defesa causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante;

10.9.2. As sanções previstas para os pedidos de desclassificação que ocasionarem o retardamento da execução de seu objeto, ou que por outra razão não mantiver a proposta ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos conforme regra o artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002;

10.10. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

10.11. O pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

10.12. Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

10.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico **o modo de disputa “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



10.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.17. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.18. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.19. Caso a desconexão com o Pregoeiro persista por tempos superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sitio www.bllcompras.com.

10.20. Os fornecedores, a qualquer momento, depois de finalizado o lote/item, poderão registrar questionamentos ao Pregoeiro via sistema, acessando a sequência "Relatório de Disputa/Chat de Mensagens/Enviar mensagens", para cada lote/item disputado. Esta opção estará disponível até o momento da declaração de vencedor no sistema.

10.21. O Pregoeiro/Equipe de Apoio responderá os questionamentos formulados pelos licitantes, via Sistema, ficando registrado no Relatório da Disputa as mensagens tanto dos licitantes quanto as respostas do Pregoeiro.

11. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

11.1.2. Consulta ao CEIS (Cadastro de empresas inidôneas e Suspensas de licitar) www.portaltransparencia.gov.br);

11.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

A documentação relativa à habilitação consistirá em:



11.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 28 da Lei Federal nº 8.666/93):

11.2.1. **Certificado da Condição de MEI** que poderá ser obtido no endereço: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/Certificado>, acompanhado do RG, CPF e documento informando o nº PIS - Programa de Integração Social

11.2.2. **Registro Comercial**, no caso de empresa individual;

11.2.3. **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.2.4. **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.2.5. **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Art.29 da Lei Federal nº 8666/93):

11.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**;

11.3.2. Prova de inscrição no cadastro de **contribuintes estadual**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.3. Prova de Regularidade para com a **Fazenda Federal**; Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal e com as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991

11.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da licitante; mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante; mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

11.3.5.1. Caso a CND Municipal exija o comprovante de pagamento ou revalidação da mesma, este deverá acompanhar a CND;

11.3.6. Prova de Regularidade de Situação perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF)**; com validade, mediante apresentação de Certidão



Negativa de Débito, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais

11.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, conforme exigido pela Lei nº 12.440/11.

Em caso de apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, considera-se Certidão positiva com efeitos de negativa e serão aceitas somente as certidões onde conste a existência de débitos:

- a) Não vencidos;
- b) Em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;
- c) Cujas exigibilidades estejam suspensas por moratória, depósito de seu montante integral ou reclamações ou recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; e,
- d) Sujeitos à medida liminar em mandado de segurança.

11.4. Para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** (Art.31 da Lei Federal nº 8666/93):

Certidão que Comprove a Inexistência de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

12.5. Para fins de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a) **ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA PROPONENTE**, fornecida pelo Município sede da empresa, conforme dispõe o artigo 5º, inciso II da Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98.
- b) **ALVARÁ SANITÁRIO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO** da empresa proponente, fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme disposto na Lei Federal 6.360/76, no artigo 2º do Decreto Federal nº 8.077/2013, e artigo 5º, inciso I da Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98, art. 5º, I.
- c) **AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO PELA AGÊNCIA NACIONAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE – ANVISA (AFE)**, válida e vigente, pertinente ao objeto licitado, contendo o número de Registro do Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, devendo ser destacada a informação referente à empresa, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 6.360/76 e artigo 3º da Resolução RCD nº 16/2014, **quando aplicável**;
- d) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA – CFF E/OU CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA – CRF** do farmacêutico responsável, com prazo de validade em vigor, conforme exigência do artigo 24º da Lei Federal nº 3.820/60.

11.6. DECLARAÇÕES RELATIVAS ÀS NORMAS CONSTITUCIONAIS:



11.6.1. Declaração Unificada conforme modelo Anexo II.

11.6.2. Apresentar Certidão simplificada da Junta Comercial, indicando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06 alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014.

OBSERVAÇÃO: OS DOCUMENTOS QUE NÃO POSSUAM LUGAR DEFINIDO NA PLATAFORMA BLL DEVERÃO SER ANEXADOS NO CAMPO "OUTROS DOCUMENTOS".

11.6.2. Em caso de incongruências no Termo de Declarações disponibilizado por upload, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação do representante da empresa na Plataforma BLL, durante a abertura do certame. O prazo para a manifestação será informado pelo Pregoeiro na Plataforma. Manifestações ocorridas fora do prazo estipulado serão desconsideradas. Não se aplica este subitem para licitantes que não anexarem o documento na plataforma.

11.7. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

11.8. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

11.9. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

11.10. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

11.11. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que A proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.12. A não regularização da documentação implicará decadência do direito a Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.13. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

11.13.1. Os licitantes deverão anexar, exclusivamente, por meio do sistema da Plataforma BLL os Documentos de Habilitação relacionados no Item 11, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica, até a data e o horário definidos no preâmbulo



do edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;

CADASTRO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

(Direto no site da BLL): até as 08h30min do dia 26/04/2023.

11.13.2. O não cumprimento do encaminhamento dos documentos de habilitação dentro do prazo e condições acima estabelecidos, acarretará na inabilitação da licitante, e aplicação das penalidades/sanções previstas no neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente;

11.13.3. Até a data estipulada no preâmbulo do edital, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

11.13.4. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados, para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances;

11.13.5. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até a conferência e avaliação das documentações exigidas neste Edital, dentro das condições dispostas neste edital. Será informado no Chat o horário e a data exata para continuidade dos trabalhos, caso os mesmos não possam ser avaliados no momento da Sessão.

11.13.6. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.

11.13.7. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório.

12. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1. Para julgamento será adotado o critério de Menor Preço – Compras/Serviços - Unitário por item, observado o prazo para fornecimento/execução, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

12.2. EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:

12.2.1. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5(cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta



inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão.

b) No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido na legislação, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”.

c) Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

12.2.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea “b”, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

12.3. O PREGOEIRO anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo PREGOEIRO acerca da aceitação do lance de menor valor.

12.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o PREGOEIRO examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.5. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

13. PROPOSTA AJUSTADA

13.1. A Empresa vencedora, deverá enviar ao PREGOEIRO, a Proposta de Preços Ajustada (Anexo V), com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, **rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa**, digitalizada para o pregoeiro via e-mail (licitacao@itambaraca.pr.gov.br) em até 04 (quatro) horas após o término do Certame, com os valores oferecidos após a etapa de lances.

13.2. A proposta escrita deverá conter:

- a) apresentar o número do processo licitatório – PREGÃO;
- b) apresentar a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), se houver para contato;
- c) especificação completa do produto oferecido, com apresentação de Marca e Modelo (se for o caso) e/ou Fabricante/Origem, e demais informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO I**, deste Edital;
- d) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- e) apresentar preço unitário final após o percentual de desconto, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, e irrealizável apurado à data de apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária; em caso de divergência entre valores unitários e totais, serão considerados os primeiros.
- f) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto e/ou serviço ou destacados;



g) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

13.2.1. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado por este Edital.

13.3. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO** no item.

13.4. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.5. Serão desclassificadas as propostas as propostas que:

a) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente edital, ou seja, manifestadamente incompatíveis com o mercado, por decisão do Pregoeiro.

b) Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado.

c) Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

13.6. O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Termo de Referência;

13.7. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **Menor preço - Compras - por item.**

14. ESCLARECIMENTOS

14.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

14.2. A pretensão referida no subitem 14.1 pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, encaminhado por meio do e-mail licitacao@itambaraca.pr.gov.br e sendo anexado na plataforma BLL.

14.3. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

14.4. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

15. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

15.1. Não serão conhecidos às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

15.2. Até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.



15.3. O PREGOEIRO emitirá sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, procedendo aos encaminhamentos necessários.

15.4. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do PREGOEIRO poderá fazê-lo, **através do seu representante**, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntarem memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

15.5. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

15.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.7. Os recursos contra decisões do PREGOEIRO **não** terão efeito suspensivo.

15.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato/Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

17.1. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

17.2. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

17.3. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar a Ata de Registro de Preços, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada no Departamento de Compras e Licitações.

18. DOS PRAZOS E LOCAL FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

18.1. Os Medicamentos/Materiais/Equipamentos, sempre que solicitados, deverão ser



entregues no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da ordem de fornecimento, devendo estes serem entregues em dias úteis das 07h:00min às 11h:00min e das 13h:00min às 17h:00min diretamente na UBS Dr. Fausto Luís de Melo Marinho, sita à Rua Antônio Dias, nº 275, no Município de Itambaracá.

18.1.1. Nos casos em que o prazo acima não seja suficiente para a devida entrega dos Medicamentos/Materiais/Equipamentos, a empresa contratada deverá formalizar por meio de justificativa técnica a necessidade de maior prazo, bem como estipulá-lo corretamente.

18.1.2. Caso os Medicamentos/Materiais/Equipamentos não sejam entregues no prazo acima estabelecido, o fiscal da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo Município de Itambaracá.

18.2. O objeto deste edital deverá (ão) ser entregue(s) acompanhado(s) de nota(s) fiscal (is) distintas, ou seja, de acordo com a Ordem de Fornecimento, constando o número da mesma, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

18.2.1. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento.

19. DO RECEBIMENTO (Art. 73, da Lei nº 8666/93).

19.1. Recebimento Provisório: A partir da data da entrega do objeto solicitado, o Responsável Técnico do Departamento solicitante e fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pelo Recebimento da Secretaria Municipal de Saúde terá um **prazo de 03 (três) dias para conferência da Nota Fiscal**, data de validade dos produtos, quantidade, bem como verificar a conformidade do produto/equipamento com o solicitado na Nota de Empenho. Caso ocorram divergências entre o bem solicitado e o entregue, o fiscal da Ata de Registro de Preços deverá rejeitá-lo e solicitar a **reposição num prazo de 10 (dez) dias** contados do recebimento da notificação formal pela Contratada.

19.1.1. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação;

19.1.1.1. na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da ocorrência, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.

19.1.2. Se a entrega e/ou a substituição e/ou complementação do objeto não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e na ata de registro de preços;

19.2. Recebimento Definitivo: Após o prazo definido para recebimento provisório da mercadoria e estando todos os produtos/equipamentos em conformidade com a Ata de Registro de Preços, o fiscal da Ata de Registro de Preços responsável pelo Recebimento atestará na Nota Fiscal o recebimento definitivo encaminhando a mesma para os tramites legais de pagamento.



19.3. A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho/Ata de Registro de Preços.

19.4. Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi realizado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

19.4. Todos os produtos deverão ter impressos na embalagem a data de fabricação, prazo de validade dos mesmos e outras informações de acordo com a legislação pertinente;

19.5. O recebimento dos Medicamentos/Materiais/Equipamentos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata.

20. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) Se recusar, injustificadamente, a assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Apresentar documentação falsa
- c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto
- e) Não mantiver a proposta
- f) Cometer fraude fiscal
- g) Comportar-se de modo inidôneo

20.1.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;
- d) Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;



20.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, o Município de Itambaracá convocará a licitante classificada em 1º lugar, e, se houver, as licitantes classificadas em 2º e 3º lugares (Art. 11, inciso II do Decreto 7.892/13), para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinarem a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação.

21.1.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas. (Art. 14, § único do Decreto 7.892/13)

21.1.2. O prazo para assinar a Ata de Registro de Preço, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município de Itambaracá (Art. 13 do Decreto 7.892/13).



21.1.3. A existência de preços registrados não obriga o Município de Itambaracá a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições. (Art. 16 do Decreto 7.892/13)

21.1.4. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 **(Doze) meses**, contados a partir da primeira publicação da Ata de Registro de Preços deste processo licitatório.

21.2. A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço, e contrato quando cabível formalizar-se-á mediante notificação encaminhada ao endereço eletrônico (declinado pelo licitante na sua proposta de preços), fax ou qualquer outro meio a critério do Município de Itambaracá.

21.3. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nesta lei e legislação pertinente. (Art. 13, § único do Decreto 7.892/13)

21.4. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o licitante obriga-se ao fornecimento pelos preços nela registrados.

21.5. Na assinatura da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preço, sob pena de aplicação das sanções definidas no presente instrumento.

21.6. A assinatura da Ata de Registro de Preços estará condicionada a apresentação do documento de procuração devidamente reconhecido em Cartório, que habilite o seu representante. No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade do signatário nomear procurador, mediante apresentação de cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário.

21.7. Farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, independentemente de transcrição.

21.8. As licitantes beneficiárias da Ata de Registro de Preços não poderão transferir os direitos e obrigações dela decorrentes a outrem.

21.9. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá, a qualquer tempo, requerer comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita através da cópia de notas fiscais ou outro documento comprobatório dos preços de mercado.

21.10. Nos termos do § 2º do Artigo 15 da Lei 8666/93, serão publicados pelo órgão gerenciador da Prefeitura do Município de Itambaracá/Pr, trimestralmente, no Diário Oficial Eletrônico do Município, a Ata de Registro de Preços atualizada no sítio <http://www.itambaraca.pr.gov.br/>, contendo todos os valores unitários referentes a este Pregão.

22. DO PAGAMENTO:

22.1. Pela fiel e perfeita execução do objeto desta licitação, o Município de Itambaracá, mediante apresentação da nota fiscal, exigível em conformidade com a



legislação fiscal, pagará por meio de depósito na conta corrente da licitante, o valor correspondente aos medicamentos/produtos/equipamentos efetivamente entregues e atestados, sem custos de frete e/ou outros adicionais.

22.1.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

22.1.2. A nota fiscal apresentada deverá estar preenchida sem rasuras, dando conta do cumprimento de todas as exigências deste Termo e da Ata de Registro de Preços.

22.1.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento (de acordo com os dados apresentados na Proposta de Preços);

22.1.4. A nota fiscal deverá conter no verso atestados firmados pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento, comprovando execução do objeto contratado;

22.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

22.3. Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal, acompanhada das seguintes certidões:

- a) Certidão de Regularidade de débito com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (FGTS), com validade;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de
- d) Certidão de Regularidade Fiscal;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

22.4. Havendo erro na emissão do documento de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, como rasuras, entrelinhas, tal documento será devolvido à licitante e o pagamento ficará pendente até que sejam sanados os problemas; nesta hipótese o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o Município de Itambaracá.

22.5. Para os casos de rejeição dos produtos, será prorrogado automaticamente o atestado de recebimento proporcionalmente ao prazo de substituição dos



produtos/serviços, o que, conseqüentemente, provocará a prorrogação do pagamento da respectiva nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus adicional para o Município.

22.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento (art. 40, inciso XIV, alínea “a” , da Lei 8.666/93) provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, quando demandado a CONTRATANTE, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6,00% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas: (segundo artigo 36 § 4º da IN 02 de 2008):

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

23. DO REAJUSTE DE PREÇOS

23.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inc. II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

23.2. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração, será efetuada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na forma da alínea “d” do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

23.3. A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser feita acompanhada de demonstração analítica da variação dos componentes do custo do contrato, devidamente justificada tais como Notas Fiscais de Aquisição, serviços e outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos, sempre mediante requerimento fundamentado e após autorização expressa do Município de Itambaracá, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

23.4. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório, comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pelo Município, o proponente registrado será por ela convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

24. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

24.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



- a) **prática corrupta**": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
- b) **"prática fraudulenta"**: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- c) **"prática colusiva"**: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
- d) **"prática coercitiva"**: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

24.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

24.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico WWW.BLL.ORG.BR, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Andirá - Estado do Paraná.

PAÇO MUNICIPAL, 10 de abril de 2023.

Mônica Cristina Zambon Holzmann
Prefeita Municipal

Nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, o presente edital foi examinado e aprovado pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Itambaracá-PR, por atender aos requisitos legais.



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/CONDIÇÕES GERAIS

1. DEMANDANTE:

1.1. Secretaria Municipal de Saúde.

2. OBJETO:

2.1. PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de Material de Consumo e Equipamentos Hospitalar e Odontológicos, destinados à Unidade Municipal de Saúde Dr. Fausto Luiz de Melo Marinho.

2.2. O presente Termo de Referência foi elaborado em cumprimento às disposições da Lei nº 10.520/2002 e tem por objetivo determinar os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto da licitação, assegurando a viabilidade técnica, a avaliação do custo dos produtos/serviços e a definição de métodos e prazos, bem como orientar a execução e a fiscalização do contrato.

2.3. Os encargos e custos adicionais, tributos, despesas pessoais, insumos, seguros, danos materiais e outras despesas que ensejam sobre o fornecimento do objeto correrão pelas peças do proponente licitante vencedor.

2.4. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.4.1. Preço unitário do item e valor global da proposta formulado em moeda corrente nacional, devendo estar nele incluídas todas as despesas, tais como: impostos, e outros se houver.

2.4.2. A estimativa de quantidade relativa ao fornecimento objeto da contratação, servirá tão somente de subsídio à licitante na formulação da proposta, não se constituindo em qualquer compromisso futuro para o licitante vencedor, resguardado ao Município o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade do quantitativo previsto.

2.4.3. Descrição, quantidades e valor máximo de cada item:

Item	Descrição	Unidade	Qtde	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABAIXADOR LÍNGUA , madeira, descartável, 14 cm, tipo espátula, 1,50 cm, 2 mm, pacote com 100 unidades CBR 0348807	Pacote	100	R\$ 5,60	R\$ 560,00
2	ADESIVO DENTAL , fotopolimerizável, adesivo + primer. Frasco com no mínimo 5 ml. BR 391133	Unidade	6	R\$ 113,00	R\$ 678,00
3	AFASTADOR ODONTOLÓGICO , tipo abridor de boca, silicone, autoclavável, formato bloco, tamanho: adulto e infantil, apresentação: conjunto. BR 0438080	Unidade	2	R\$ 17,38	R\$ 34,76
4	ÁGUA DESIONIZADA para autoclave, aspecto físico: líquido límpido, incolor, inodoro; fórmula química: H ₂ O; peso molecular: 18,01 g/mol; grau de pureza: ultrapuro. Galão de 5 litros CBR 0361728.	galão	15	R\$ 22,61	R\$ 339,15
5	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO , tipo 10 volumes (ÁGUA OXIGENADA); para ser utilizada como antisséptico em feridas e como removedor de tecidos mortos; frasco com 1 litro. BR 0277319	Unidade	5	R\$ 8,17	R\$ 40,85
6	AGULHA HIPODÉRMICA 21 G X 1" em aço inoxidável siliconizado, ponta: bisel curto trifacetado, conector LUER LOCK em plástico,	Unidade	2500	R\$ 0,19	R\$ 475,00



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	fixação: protetor plástico, estéril, descartável, com sistema segurança segundo NR/3. CBR 0397502				
7	AGULHA HIPODÉRMICA 22 G X 1" aço inoxidável siliconizado, ponta: bisel curto trifacetado, conector LUER LOCK ou SLIP em plástico fixação: protetor plástico, estéril, descartável, com sistema segurança segundo NR/3. CBR 0397505	Unidade	5000	R\$ 0,12	R\$ 600,00
8	AGULHA HIPODÉRMICA, 26 G x 1/2" em aço inoxidável siliconizado, ponta: bisel curto trifacetado, conector LUER LOCK em plástico, fixação: protetor plástico, com sistema segurança NR/3. CBR 0397513	Unidade	500	R\$ 0,16	R\$ 80,00
9	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, 70% (70°GL). Apresentação: gel. Frasco: 1 litro CBR 0269943	Frasco	1.000	R\$ 11,25	R\$ 11.250,00
10	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, 70% (70°GL). Apresentação: líquido Frasco: 1.000 ml CBR 0269941	Frasco	1.000	R\$ 8,21	R\$ 8.210,00
11	ALGODÃO HIDRÓFILO , roletes dental, alvejado, purificado, isento de impurezas, não estéril. Embalagem com 500 gramas. Código BR 407961	Pacote	100	R\$ 17,64	R\$ 1.764,00
12	ALGODÃO, HIDRÓFILO , em mantas, alvejado, purificado, isento de impurezas, enrolado em papel apropriado, não estéril, embalagem individual. Rolo com 500g. CBR 0279726	Rolo	100	R\$ 15,03	R\$ 1.503,00
13	AMALGAMA 1 pote com 50 cápsulas, regular, sem fase gama 2, alta resistência. Código BR 0453261	Unidade	1	R\$ 221,26	R\$ 221,26
14	AMALGAMA 2 pote com 50 cápsulas, regular, sem fase gama 2, alta resistência. Código BR 0453261	Unidade	1	R\$ 303,31	R\$ 303,31
15	BENZOCAÍNA, 20% , gel tópico, uso adulto ou pediátrico, exclusivamente para uso tópico em mucosas, aromatizado, frasco com 12g, sabor TUTTI-FRUTTI. Código BR 0272913	Unidade	3	R\$ 10,61	R\$ 31,83
16	CLOREXIDINA DIGLUCONATO , concentração:0,2%, forma farmacêutica: colutório; frasco com 500 ml. Código BR 0341173	Frasco	5	R\$ 15,19	R\$ 75,95
17	APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR sem fio com 03 ponteiros. Especificações Mínimas: - Ciclos de polimerização tempos ajustáveis para 10, 20, 40 e 60 segundos; - Tensão de operação (100 220V AC, 50-60Hz); - Indicador de tempo (Bip sonoro a cada 10 segundos); - Fonte luminosa 1 LED azul; - Bateria (Íon-Lítio capacidade de 2200mAh); - Material de base do carregador (ABS ASA com UV); - Indicado para clareamento (Ponteiros adicionais de polímero); - Giro da ponteira de 360° na ponteira; - Potência efetiva luminosa de 1.100mW/cm²); - Acompanham o produto (Peça de mão, protetor ocular, ponteira de fibra ótica e base do carregador); - APRESENTAÇÃO: - Caixa com 01 aparelho + acessórios. Apresentar MARCA e MODELO. Código BR 0410459	Unidade	2	R\$ 598,24	R\$ 1.196,48
18	APLICADOR ODONTOLÓGICO , para cimento hidróxido de cálcio, aço inoxidável, cabo longo, duplo, ponta angulada. Identificação, procedência, nº do lote, prazo de validade. Registro no Ministério da Saúde. Código BR 429359	Unidade	1	R\$ 16,24	R\$ 16,24
19	APLICADOR ODONTOLÓGICO , microbrush, 1,5 mm, haste dobrável, descartável, plástico, pontas	Caixa	30	R\$ 16,35	R\$ 490,50



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	fibras não absorventes, ponta fina. Caixa com 100 unidades. BR 0410557				
20	ATADURA, TIPO 1 CREPOM, 10 cm, 100% algodão, cerca de 13 fios/ cm2, embalagem individual. Rolo com 1,80m CBR 0444355	Unidade	3000	R\$ 0,87	R\$ 2.610,00
21	ATADURA, TIPO 1 CREPOM, 15 cm, 100% algodão, cerca de 13 fios/ cm2, embalagem individual. Rolo com 1,80m CBR 0444365	Unidade	600	R\$ 1,45	R\$ 870,00
22	ATADURA, TIPO 1 CREPOM, 20 cm, 100% algodão, cerca de 13 fios/ cm2, embalagem individual. Rolo com 1,80m CBR 0444371	Unidade	500	R\$ 4,38	R\$ 2.190,00
23	AVENTAL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, 30 g/m2, manga longa, punho com elástico, branca, tamanho único, TNT 100% polipropileno. CBR 0375041	Unidade	200	R\$ 5,91	R\$ 1.182,00
24	AVENTAL DESCARTÁVEL. Não Estéril Fabricado em TNT (Tecido não Tecido) 100% polipropileno; possui elástico no punho e tiras para amarrar na cintura e pescoço; atóxico e epirogênico; uso único Gramatura: 20 g Cor: Branca; Pacote com 10 unidades.	Pacote	500	R\$ 48,57	R\$ 24.285,00
25	BALANÇA PORTATIL vidro visor de 6 a 180 kg	Unidade	2	R\$ 140,56	R\$ 281,12
26	BALDE (LIXEIRA) PEDAL capacidade 50 litros-plástico	unidade	5	R\$ 145,75	R\$ 728,75
27	BENZINA , líquido incolor, límpido, com odor de gasolina, mistura de hidrocarbonetos derivados do petróleo, destilados na faixa entre 60 e 120°C, pureza mínima de 97%. Frasco com 1 litro CBR 0380630	litro	2	R\$ 30,75	R\$ 61,50
28	BISTURI COM CABO E LAMINA descartável estéril nº 11, caixa com 100 unidades. BR 0239064	unidade	5	R\$ 46,39	R\$ 231,95
29	BISTURI COM CABO E LAMINA descartável estéril nº 15, caixa com 100 unidades. BR 0427136	unidade	5	R\$ 49,36	R\$ 246,80
30	BISTURI COM CABO E LAMINA descartável estéril nº 20, caixa com 100 unidades BR 0361077	unidade	5	R\$ 54,68	R\$ 273,40
31	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO , papel grau cirúrgico, gramatura/espessura: cerca de 60 g/m2, apresentação: rolo, termosselante, 60 cm, com indicador químico, uso único. Rolo com 100 metros. CBR 0442389	unidade	5	R\$ 199,51	R\$ 997,55
32	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO , papel grau cirúrgico, gramatura/espessura: cerca de 60 g/m2, apresentação: rolo, termosselante, 40 cm, com indicador químico, uso único. Rolo com 50 metros. CBR 0443097	unidade	5	R\$ 74,75	R\$ 373,75
33	BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE Ref. 701 , Tronco Cônica, Picotada, Haste Longa, Cirúrgica. BR 0403387	Unidade	5	R\$ 15,18	R\$ 75,90
34	BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE Ref.: 1/2 , Esférica, Haste Curta, Corte Médio BR 0403289	Unidade	5	R\$ 10,07	R\$ 50,35
35	BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE Ref.: 702 . Tronco cônica, picotada, haste longa, Cirúrgica. BR 0403389	Unidade	5	R\$ 15,85	R\$ 79,25
36	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 1011 . Em aço inoxidável, haste regular, esférica, corte médio. Código BR 0402944	Unidade	5	R\$ 4,83	R\$ 24,15
37	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 1012 . Em aço inoxidável, esférica, haste regular,	Unidade	5	R\$ 6,78	R\$ 33,90



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	cutre médio. Código BR 0402945				
38	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 1013; Em aço inoxidável, esférica, haste regular, corte médio. . Código BR 0402946	Unidade	5	R\$ 6,28	R\$ 31,40
39	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 1014. Em aço inoxidável, esférica, haste regular, corte médio. Código BR 0402947	Unidade	5	R\$ 5,20	R\$ 26,00
40	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 1015, Haste Regular. Em aço inoxidável, esférica, corte médio. Código BR 0402948	Unidade	5	R\$ 6,10	R\$ 30,50
41	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 1016. Em aço inoxidável, Haste regular, Esférica, corte médio. Código 0402949	Unidade	5	R\$ 5,81	R\$ 29,05
42	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 1031, Em aço inoxidável, cone invertido, haste regular, corte médio. BR 0402994	Unidade	5	R\$ 8,07	R\$ 40,35
43	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 1036, Em Aço Inoxidável, Formato: Cone Invertido, Haste Regular, Corte Médio. BR 0403000	Unidade	5	R\$ 9,51	R\$ 47,55
44	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 1111 FF. Em aço inoxidável, formato: chama, tipo haste: haste regular, tipo corte: corte extra fino. Código BR 0449839	Unidade	5	R\$ 5,21	R\$ 26,05
45	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 3168 F. Em Aço Inoxidável, Formato: Pêra, Haste Regular, Corte Fino. Código BR 0403152	Unidade	5	R\$ 8,45	R\$ 42,25
46	BROCA ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA Nº 3195 FF. Em aço inoxidável, formato: cônica, topo em chama, haste regular, corte extra fino (para acabamento Dourada). Código BR 0403155	Unidade	5	R\$ 7,27	R\$ 36,35
47	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº 1032. Em aço inoxidável, Cone invertido, haste regular, corte médio. Código BR 0402996	Unidade	5	R\$ 8,50	R\$ 42,50
48	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº 1034. Em aço inoxidável, cone invertido, haste regular, corte médio, com diâmetro entre 1,590 e 1,600 mm. Código BR 0402998	Unidade	5	R\$ 4,76	R\$ 23,80
49	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº 1035. Em aço inoxidável, cone invertido, haste regular, corte médio, com diâmetro entre 1,590 e 1,600 mm. Código BR 0402999	Unidade	5	R\$ 6,76	R\$ 33,80
50	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº 1036. Em aço inoxidável, cone invertido, haste regular, corte médio, com diâmetro entre 1,590 e 1,600mm conforme ISO 1797-1.BR 0403000	Unidade	5	R\$ 4,14	R\$ 20,70
51	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº 1112 FF. Em aço inoxidável, cônica, topo em chama, Haste regular, corte extra fino (para acabamento Dourada). Código BR 0403140	Unidade	5	R\$ 7,63	R\$ 38,15
52	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº 1150; Em aço inoxidável, Cone invertido, haste regular, corte médio.	Unidade	5	R\$ 11,50	R\$ 57,50
53	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº 2200 F. Em aço inoxidável, formato: cônica, topo em chama, haste regular, corte fino. Código CBR 0403796	Unidade	5	R\$ 6,85	R\$ 34,25
54	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº 3018. Em aço inoxidável, Haste Longa, esférica, cirúrgica, com diâmetro entre 1,590 e 1,600mm. Código BR 0403376	Unidade	5	R\$ 9,01	R\$ 45,05
55	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº	Unidade	5	R\$	R\$



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	3118 F. Em Aço Inoxidável, Formato: Chama, Haste Curta, Corte Fino. CBR 0403150			6,83	34,15
56	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº 3118 FF. Em Aço Inoxidável, Formato: Chama, Haste Regular, Corte Extra Fino. CBR 0403151	Unidade	5	R\$ 7,99	R\$ 39,95
57	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº 3168 FF. Em aço inoxidável, haste regular, Formato Pera, corte extra fino. CBR 0403153	Unidade	5	R\$ 8,77	R\$ 43,85
58	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº 3168. Em aço inoxidável, Formato Pera, haste regular, corte médio, com diâmetro entre 1,590 e 1,600 mm. Código BR 0403095	Unidade	5	R\$ 6,69	R\$ 33,45
59	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA, Nº 1090. Em Aço Inoxidável, Formato: Cilíndrica, Haste Regular, Corte Médio. BR 0405971	Unidade	5	R\$ 8,43	R\$ 42,15
60	BROCA CILÍNDRICA DIAMANTADA Nº 1092; Em aço inoxidável, cilíndrica, haste regular, corte médio. Código CBR 0403010	Unidade	5	R\$ 7,87	R\$ 39,35
61	BROCA ALTA ROTAÇÃO, DIAMANTADA Nº 1091. Em aço inoxidável, Cilíndrica, Haste Regular, corte médio. Código BR 0403009	Unidade	5	R\$ 8,27	R\$ 41,35
62	BROQUEIRO EM ALUMÍNIO autoclável, diâmetro 15 cm x7 cm com no mínimo 60 furos. Código BR 0446765	Unidade	2	R\$ 48,68	R\$ 97,36
63	CABO BISTURI, aço inoxidável, nº 4, cirurgia CBR 0243242	Unidade	2	R\$ 17,70	R\$ 35,40
64	CABO BISTURI, material: aço inoxidável, tamanho: nº 3 CBR 0272821	Unidade	2	R\$ 16,89	R\$ 33,78
65	CABO ESPELHO BUCAL, aço inoxidável, oitavado, autoclavável. Código BR 0413300	Unidade	20	R\$ 7,94	R\$ 158,80
66	CAIXA TERMICA TERMOMETRO DIGITAL, capacidade de (26) litros, paredes com poliestireno e alto impacto(PAI), entre camadas com PU (Poliuretano Expandido), tampa soprada com PAD (Polietileno de Alta Densidade), tampa com fecho de vedação e alças.	Unidade	10	R\$ 391,86	R\$ 3.918,60
67	CAIXA TÉRMICA DE 40 A 45 LITROS com termômetro digital -50+70°C-revestida de poliuretano, inclusive na tampa, facilitando o isolamento térmico. Possui o termômetro externo que mostra a temperatura atual sem precisar abri-la. MATERIAL: Polietileno, isolante poliuretano.	Unidade	5	R\$ 800,79	R\$ 4.003,95
68	CAIXA TERMICA TERMOMETRO DIGITAL, capacidade de (32) litros, paredes com poliestireno e alto impacto (PAI), entre camadas com PU (Poliuretano Expandido), tampa soprada com PAD (Polietileno de Alta Densidade), tampa com fecho de vedação e alças.	Unidade	3	R\$ 445,14	R\$ 1.335,42
69	CANETA ALTA ROTAÇÃO, material rolamento: rolamento aço inoxidável, velocidade máxima: velocidade máxima maior 400.000 rpm, refrigeração:3 ou mais furos, troca de brocas: botão de pressão(pb), tipo conexão: conexão 2 furos, tipo cabeça: cabeça pequena. Apresentar MARCA e MODELO BR 0407024	Unidade	6	R\$ 711,65	R\$ 4.269,90
70	CANETA BAIXA ROTAÇÃO, tipo: contra ângulo, relação transmissão: transmissão 1:1, troca de broca: pressão cabeça (pb), refrigeração: c/ refrigeração externa, tipo cabeça: cabeça padrão, aplicação: motor pneumático. Apresentar MARCA e MODELO BR 0407110	Unidade	5	R\$ 883,99	R\$ 4.419,95



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

71	CANETA BAIXA ROTAÇÃO , tipo: micromotor, conexão: conexão borden 2 furos, refrigeração: c/ refrigeração interna, rotação: cerca de 5.000 a 20.000 RPM. Apresentar MARCA e MODELO BR 0450977	Unidade	5	R\$ 773,45	R\$ 3.867,25
72	CARBONO PARA ARTICULAR , material: em papel, formato: formato de fita, cor: dupla face - 2 cores, tipo uso: estéril, descartável, apresentação: em folha. Pacote com 12 unidades. Código BR 0406150	Unidade	5	R\$ 10,12	R\$ 50,60
73	CARIOSTÁTICO 12 % , componente: ácido fluorídrico, nitrato de prata, componente 2:hidróxido de amônia, aspecto físico: líquido. Frasco com 10 ml. BR 0425821	Unidade	2	R\$ 29,12	R\$ 58,24
74	CARRO CURATIVO INOX . estrutura tubular e tampos em aço inox, rodízios giratórios, gradil, suporte para balde e bacia, balde aço inox 5l, bacia, medida:40 x 70x 80 cm. CBR 0380906	Unidade	2	R\$ 812,00	R\$ 1.624,00
75	CATETER PERIFÉRICO 20 GAU , polímero radiopaco, venoso, agulha aço inox, comprimento 30 mm, conector padrão, com câmara refluxo com filtro, e sistema segurança. CBR 0437178	Unidade	50	R\$ 1,81	R\$ 90,50
76	CATETER PERIFÉRICO 24 GAU , polímero radiopaco, venoso, agulha aço inox, comprimento cerca 20 mm, conector padrão, câmara refluxo com filtro, com sistema segurança. CBR 0437180	Unidade	50	R\$ 2,34	R\$ 117,00
77	CATETER PERIFÉRICO, 21 GAU , aplicação: venoso, modelo: tipo escalpe, agulha aço inox, com asa de fixação, tubo extensor, conector padrão com tampa, com sistema segurança segundo NR/32, TI. CBR 0437166	Unidade	100	R\$ 0,86	R\$ 86,00
78	CATETER PERIFÉRICO, 23 GAU , aplicação: venoso, modelo: tipo escalpe, agulha aço inox, com asa de fixação, tubo extensor, conector padrão com tampa, com sistema segurança segundo NR/32 CBR 0437167	Unidade	400	R\$ 0,65	R\$ 260,00
79	CATETER PERIFÉRICO, 25 GAU , aplicação: venoso, modelo: tipo escalpe, agulha aço inox, com asa de fixação, tubo extensor, conector padrão com tampa, estéril, descartável, embalagem individual CBR 0437169	Unidade	300	R\$ 0,50	R\$ 150,00
80	CIMENTO DE IONÓMERO DE VIDRO , tipo: restaurador, alta viscosidade, ativação: autopolimerizável, aspecto físico: pó (10 g) + líquido (15 ml), apresentação: conjunto completo. Embalagem com 25g. BR 0436843.	kits	10	R\$ 65,62	R\$ 656,20
81	CIMENTO ODONTOLÓGICO ÓXIDO DE ZINCO P.A , na forma de pó branco, misturado ao eugenol forma restaurador temporário e forramento de cavidades. Frasco de 50g. Código BR 0404551	Frasco	5	R\$ 68,52	R\$ 342,60
82	CLORETO DE SÓDIO, 0,9% -solução injetável, sistema fechado- 1 flaconete de 10ml	Flaconete	1000	R\$ 2,01	R\$ 2.010,00
83	CLORETO DE SÓDIO, 0,9% , solução injetável, sistema fechado - 1000ml. CBR 0268236	Frasco	500	R\$ 13,82	R\$ 6.910,00
84	CLORETO DE SÓDIO, 0,9% -solução injetável, sistema fechado -100 ml. CBR 0268236	bolsa	6.000	R\$ 4,78	R\$ 28.680,00
85	CLORETO DE SÓDIO, 0,9% -solução injetável, sistema fechado -250ml Bolsa. CBR 0268236	bolsa	4.000	R\$ 5,17	R\$ 20.680,00
86	CLORETO DE SÓDIO, 0,9% -solução injetável, sistema fechado bolsa -500 ml BR 0268236	bolsa	2.500	R\$ 5,43	R\$ 13.575,00



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

87	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% associado com cloridrato de EPINEFRINA 1:100.000 anestésico local injetável. Frascos de 20 ml. BR 0269851	unidade	800	R\$ 61,07	R\$ 48.856,00
88	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 2% SEM VASO CONSTRITOR , solução injetável 10 mg/ml. Ampola de 20 ml. CBR 0269843	unidade	300	R\$ 10,87	R\$ 3.261,00
89	CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 2% COM VASO CONSTRITOR . Apresentação: Associada com Epinefrina, dosagem:2% + 1:100.000. Caixa com 50 tubetes de 1,8ml cada. CBR 0269888	caixa	5	R\$ 149,85	R\$ 749,25
90	CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 3% SEM VASO CONSTRITOR . Caixa com 50 tubetes de 1,8ml cada. CBR 0357788	caixa	2	R\$ 143,02	R\$ 286,04
91	COLETOR DE URINA , plástico, sistema aberto, capacidade cerca de 2000 ml, graduação de 100 em 100 ml, não estéril, descartável. CBR 0419399	Unidade	500	R\$ 0,97	R\$ 485,00
92	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, 13 L , papelão, alças rígidas e tampa, revestimento interno em polietileno alta densidade, descartável. CBR 0363482	Unidade	50	R\$ 7,75	R\$ 387,50
93	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, 7 L , papelão, alças rígidas e tampa, revestimento interno em polietileno alta densidade, descartável CBR 0363484	Unidade	100	R\$ 4,70	R\$ 470,00
94	COMPRESSA GAZE ESTERIL , tecido 100% algodão, 13 fios/cm ² , cor branca, isenta de impurezas, 8 camadas, largura: 10 cm, comprimento: 10 cm, 5 dobras, estéril, descartável. Pacote com no mínimo 500 unidades. CBR 0269974	Pacote	100	R\$ 43,49	R\$ 4.349,00
95	COMPRESSA GAZE , tecido 100% algodão, tipo:13 fios/cm ² , modelo: cor branca, isenta de impurezas, camadas:8 camadas, largura:7,50 cm, comprimento:7,50 cm, dobras:5 dobras, descartável. Pacote com 500unidades. BR 0269971	pacote	200	R\$ 27,52	R\$ 5.504,00
96	SELANTE, PARA FÓSSULAS E FISSURAS , fotopolimerizável, com flúor. Kit com com 5 selantes de 2g cada + 1 Condicionador Dental Gel 3ml + 20 pontas aplicadoras descartáveis	caixa	10	R\$ 243,11	R\$ 2.431,10
97	CONDICIONADOR DENTAL , Tipo Ácido Fosfórico, Concentração 37%, apresentação em Gel. Para condicionamento do esmalte e dentina para melhorar a adesão dos materiais restauradores ao dente. Seringa de 2,5ml. BR 0391582	Unidade	3	R\$ 4,85	R\$ 14,55
98	CONJUNTO NEBULIZAÇÃO ADULTO , máscara e tubo extensor, 150 cm, máscara com ajuste anatômico e atóxica, transparente CBR 0238918	Conjunto	15	R\$ 14,61	R\$ 219,15
99	CONJUNTO NEBULIZAÇÃO INFANTIL , máscara e tubo extensor, 150 cm, máscara com ajuste anatômico e atóxica, transparente CBR 0238919	Conjunto	10	R\$ 11,00	R\$ 110,00
100	CREME DENTAL COM FLÚOR, 90 gramas , tubo de plástico. Uso adulto. Código BR 0435440	Unidade	300	R\$ 3,68	R\$ 1.104,00
101	CREME DENTAL INFANTIL : Concentração máxima de 500 (quinhentos) ppm de flúor, a concentração de ppm de composto de flúor deverá estar estampada no rótulo; conter os seguintes compostos de flúor na formulação aceitos pelo Ministério da Saúde: monofluorsfosfato de sódio,	Unidade	100	R\$ 11,13	R\$ 1.113,00



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	fluoreto de sódio, fluoreto estanhoso, fluoretos aminados; acondicionado em tubo de plástico flexível com 50 (cinquenta) gramas; conter o prazo de validade.				
102	CURATIVO ALVEOLAR COM PRÓPOLIS. Para prevenção e tratamento de alveolites, estimulante de cicatrização. Composição básica: Própolis (10%), Iodofórmio (5%), Cera de Abelha e Espessante. Frasco com 10 g BR 0430905	Unidade	5	R\$ 44,98	R\$ 224,90
103	DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL de 4 a 4,5% à base de Peróxido de Hidrogênio e Ácido Acético, para utilização em superfícies fixas e artigo. Após diluição do produto, deverá manter-se estável pelo período de 30 dias, com comprovação através de laudo, comprovando eficácia bactericida, fungicida, virucida e esporicida conforme laudos microbiológicos de laboratórios REBLAS/ANVISA em conformidade com RDC 35/2010. A embalagem deve garantir inviolabilidade do produto. O custo final do produto será avaliado pela maior diluição (maior rendimento obtido após diluição.). Embalagem com 5 litros com dosador bico de pato, contendo informações de Registro, nº de lote, data de fabricação.	Unidade	20	R\$ 130,79	R\$ 2.615,80
104	DETECTOR FETAL PORTÁTIL , ajuste mecânico, visor digital, botão de controle, gabinete metálico, tipo de análise ausculta BCF, fluxo sanguíneo placenta e cordão, faixa medição: BCF até cerca 200 BPM, frequência: até cerca 2,2 MHZ. Apresentar MARCA e MODELO. CBR 0433842	Unidade	2	R\$ 629,94	R\$ 1.259,88
105	DETERGENTE ENZIMÁTICO , a base de amilase, protease, lipase, peptidase, celulase. Frasco 1000 ml BR 0396158	Unidade	3	R\$ 29,11	R\$ 87,33
106	DISCO DE LIXA , Diâmetro: 12mm. Para uso odontológico. Embalagem com 40 unidades de discos de lixa + 2 mandris	Unidade	2	R\$ 121,33	R\$ 242,66
107	DISPENSADOR PLÁSTICO MANUAL DE PAPEL TOALHA interfolhas. Capacidade para 500 folhas	UNIDADE	5	R\$ 32,26	R\$ 161,30
108	DISPENSER PARA ALCOOL EM GEL em Polipropileno. Capacidade de 800 ml	Unidade	10	R\$ 49,20	R\$ 492,00
109	DISPENSER PARA COPO DE ÁGUA DESCARTAVEL. Compatível com diferentes tamanhos de copos: 150ml a 200ml, de diversas marcas, com liberação de um copo por clique. Capacidade de 100 copos descartáveis.	Unidade	5	R\$ 51,26	R\$ 256,30
110	DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO ou Espuma com sistema de válvula e antivazamento. Capacidade 800 ml	Unidade	10	R\$ 49,20	R\$ 492,00
111	DISPOSITIVO DE TRANSFERÊNCIA LUER LOCK FÊMEA. Para utilização em acesso aos recipientes de soluções parenterais em sistema fechado, para irrigações, curativos e vários procedimentos com soluções estéreis. Estéril. Descartável	Unidade	1000	R\$ 1,49	R\$ 1.490,00
112	DISPOSITIVO PARA MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO BALANÇA ADULTO com régua, elétrica, aço com pintura eletrostática, escala métrica - mm e cm, faixa medição: cerca de 2,0 m, com visor digital, TAP. CBR 0442492	Unidade	1	R\$ 1.626,75	R\$ 1.626,75



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

113	DISPOSITIVO PARA MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO BALANÇA PEDIÁTRICA , elétrica, gabinete plástico, com visor e ajuste digital, concha anatômica em polipropileno injetado, pés reguláveis, capa. CBR 0442508	Unidade	1	R\$ 1.175,71	R\$ 1.175,71
114	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO , papel grau cirúrgico, com filme polímero multilaminado, gramatura/ espessura: cerca de 60 g/m2, termosselante, 20 cm, com indicador químico. Apresentação: rolo com 100 metros CBR 0442384	Unidade	20	R\$ 100,52	R\$ 2.010,40
115	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO , papel grau cirúrgico, com filme polímero multilaminado, gramatura/espessura: cerca de 60 g/m2, termosselante, 10 cm, com indicador químico. Apresentação: rolo com 100 metros CBR 0442385	Unidade	20	R\$ 64,02	R\$ 1.280,40
116	EQUIPO DE INFUSÃO PVC CRISTAL , mínimo de 120 cm, câmara flexível com filtro ar, microgotas, pinça regulador de fluxo, conector LUER com tampa, estéril, descartável CBR 0386129	Unidade	700	R\$ 2,23	R\$ 1.561,00
117	EQUIPO INFUSÃO, PVC cristal , mín. 120 cm, câmara flexível c/filtro ar, macrogotas, regulador de fluxo, com injetor lateral "Y", autocatrizante, luer rotativo com tampa, fotossensível, estéril, descartável - unidade CBR 0386128	Unidade	200	R\$ 5,67	R\$ 1.134,00
118	ESCOVA DE ROBSON , Tipo Ponta: Taça, Uso: Contra Angulo, Cor: Branca BR 0404894	Unidade	30	R\$ 2,79	R\$ 83,70
119	ESCOVA DENTAL ADULTO : macia, resinas termoplásticas, nylon, âncora metálica e pigmento. Código BR 0434987	Unidade	1000	R\$ 3,58	R\$ 3.580,00
120	ESCOVA DENTAL INFANTIL , material cerdas: náilon, material cabo: plástico, tipo cabo: reto, formato cabeça: retangular, com cantos arredondados, aplicação: infantil, características adicionais cabo: ligeiramente flexível, características adicionais: comprimento 16cm. com protetor de cerdas. Várias Cores. BR 0372452	Unidade	1000	R\$ 3,08	R\$ 3.080,00
121	ESFIGMOMANÔMETRO , analógico, aneróide, de braço, faixa de operação até 300 MMHG, braçadeira em nylon, fecho em velcro, adulto, isento de látex. CBR 0432681	Unidade	15	R\$ 100,48	R\$ 1.507,20
122	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL , analógico, aneróide, de braço, até 300 MMHG, material braçadeira em nylon, fecho em velcro CBR 0432472	Unidade	10	R\$ 91,84	R\$ 918,40
123	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA para cimento, material: aço inoxidável, modelo: duplo, tamanho: nº 70, tipo uso: manipulação. Código BR 0391936	Unidade	5	R\$ 11,85	R\$ 59,25
124	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA , Em aço inoxidável com pontas em titânio, modelo: nº 01, para aplicação e escultura de resina composta, duplo, cabo com silicone, esterilização: autoclavável BR 0427840	Unidade	10	R\$ 67,77	R\$ 677,70
125	ESPÉCULO USO MÉDICO, TAMANHO:GRANDE , POLÍMERO, aplicação: vaginal, modelo: COLLIN, com lubrificante, com trava tipo rosca, estéril, uso único, embalagem individual. CBR 0479751	Unidade	1.000	R\$ 1,69	R\$ 1.690,00
126	ESPÉCULO USO MÉDICO, TAMANHO: MÉDIO , POLÍMERO, aplicação: vaginal, modelo: COLLIN,	Unidade	1.000	R\$ 1,72	R\$ 1.720,00



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	com lubrificante, com trava tipo rosca, estéril, uso único, embalagem individual. CBR 0479752				
127	ESPÉCULO USO MÉDICO, TAMANHO: PEQUENO , POLÍMERO, aplicação: vaginal, modelo: COLLIN, com lubrificante, com trava tipo rosca, estéril, uso único, embalagem individual. CBR 0479753	Unidade	1.000	R\$ 1,91	R\$ 1.910,00
128	ESPELHO BUCAL , material: aço inoxidável e espelho, tipo: plano, tamanho: nº 5, uso: encaixe universal, tipo uso: autoclavável, apresentação: embalagem individual. BR 0437558	Unidade	20	R\$ 6,72	R\$ 134,40
129	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO , hidrolizado, liofilizada, tamanho cubo de 1 cm, embalado em blister individualizado e absorvível. Caixa com 10 unidades. Código BR 0417242	Caixa	2	R\$ 50,87	R\$ 101,74
130	ESTETOSCÓPIO BIAURICULAR ADULTO , olivas anatômicas PVC, haste aço inox, tubo "Y" PVC, auscultador aço inox com anel de borracha. Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação. CBR 0438922	Unidade	20	R\$ 55,70	R\$ 1.114,00
131	ESTETOSCÓPIO BIAURICULAR PEDIÁTRICO , olivas anatômicas silicone, haste aço inox, tubo "Y" silicone, auscultador aço inox com anel de borracha. Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação. CBR 0438923	Unidade	10	R\$ 46,43	R\$ 464,30
132	EUGENOL Características: aspecto físico: líquido incolor à levemente amarelado, fórmula química:c10h12o2, peso molecular:164,20 g/mol, grau de pureza: pureza mínima de 99%, número de referência química: CAS 97-53-0. Frasco com 20 ml. BR 0366987	Unidade	3	R\$ 14,51	R\$ 43,53
133	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA ; a base de fuccina básica, facilitando a localização da placa e a instrução para higienização. Apresentação: frasco com 60 pastilhas. Código BR 0425849	Frasco	2	R\$ 14,04	R\$ 28,08
134	EXTENSOR INFUSÃO VASCULAR , 2 vias, polímero, cerca 20 cm, calibre: cerca 12 FRENCH, LUER LOCK/SLIP, pressão máxima até cerca de 100 PSI, com CLAMP, estéril, uso único CBR 0459685	Unidade	50	R\$ 2,05	R\$ 102,50
135	FIBRA (REFIL) PARA LIMPEZA PESADA 102X260MM para Suporte Limpa Tudo com cabo de alumínio com encaixe de rosca de 140 cm. Pacote com 10 (dez) unidades	pacote	30	R\$ 15,90	R\$ 477,00
136	FIBRA MACIA (REFIL) 102X260MM para limpeza delicada para Suporte Limpa Tudo com cabo de alumínio com encaixe de rosca de 140 cm. Pacote com 10 (dez) unidades	pacote	10	R\$ 17,78	R\$ 177,80
137	FILME RADIOLÓGICO, TIPO: RAIO-X , adulto dimensão 31mm X 41mm, para exames completos de dentes e áreas adjacentes com alta qualidade e detalhe caixa com 150 unidades. Código BR 0421289	caixa	1	R\$ 198,56	R\$ 198,56
138	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO , fio: 3-0, preta, cerca de 45 cm, com agulha 3/8 corte reverso, 3,0 cm, estéril. CBR 0456128	Unidade	30	R\$ 7,55	R\$ 226,50
139	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO , FIO: 4-0, preto, 45 cm, com agulha 1/2 círculo cortante de 1,50 cm, estéril. CBR 0281343	Unidade	30	R\$ 8,83	R\$ 264,90
140	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES COM	Unidade	30	R\$	R\$



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	AGULHA, FIO: 3-0 , comprimento 70 cm, agulha: 1/2 círculo cilíndrica de 3,0 cm, estéril - unidade CBR 0281053			2,82	84,60
141	FIO DE SUTURA, FIO:4-0 , material: seda, cor: preto trançado, comprimento:45 cm, características adicionais: com agulha, tipo agulha:3/8 círculo cortante, comprimento agulha:1,70 cm, esterilidade: estéril. BR 0281555	Unidade	2	R\$ 3,12	R\$ 6,24
142	FIO DENTAL , material: resina termoplástica/cera e essência, comprimento:100 m, tipo: regular, sabor: neutro BR 0246635	caixa	50	R\$ 4,07	R\$ 203,50
143	FITA ADESIVA CREPE , monoface, 19 mm x 50 metros, branca, multiuso. CBR 0350646	Unidade	50	R\$ 4,15	R\$ 207,50
144	FITA HOSPITALAR ESPARADRAPO , impermeável, dorso em algodão, adesivo à base de zinco, cerca de 100 mm, com cor. Rolo 4,5 metros CBR 0437863	Unidade	100	R\$ 12,71	R\$ 1.271,00
145	FITA HOSPITALAR MICROPOROSA 50 MM , dorso em não tecido, adesivo acrílico, hipoalergênico, com cor. Rolo com 10 metros CBR 0437867	Unidade	100	R\$ 5,69	R\$ 569,00
146	FITA HOSPITALAR, MICROPOROSA , dorso em não tecido, adesivo acrílico, cerca de 25 mm, hipoalergênico, com cor, Rolo com 10 metros. CBR 0437865	Unidade	100	R\$ 3,83	R\$ 383,00
147	FIXADOR RADIOLÓGICO , aplicação: para processamento manual, aspecto físico: solução aquosa pronta para uso. frasco com 475 ml. BR 0405632	Unidade	10	R\$ 14,67	R\$ 146,70
148	FLUORETO DE SÓDIO , concentração:1,23%, forma farmacêutica: gel tixotrópico, característica adicional: neutro. Frasco 200 ml BR 0428101	Unidade	5	R\$ 6,14	R\$ 30,70
149	FOCO, CLÍNICO, PORTÁTIL , lâmpada / vida útil: led mínimo 20.000 h, luminosidade cerca de 15.000 lux, altura ajustável, haste rígida e parte superior flexível cromadas, rodízios base metálica, com pintura epóxi, com rodízios CBR 0482046	Unidade	3	R\$ 275,06	R\$ 825,18
150	FORMOCRESOL , composição: formaldeído + orto-cresol, concentração:19% + 35% aproximadamente, veículo: em solução glicerínada . Frasco 10ml. BR 0374821	Frasco	2	R\$ 6,96	R\$ 13,92
151	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA , em polietileno (plástico), bico reto, longo, estreito, com protetor, tampa em rosca, âmbar, 250 ml CBR 0279887	Frasco	10	R\$ 3,65	R\$ 36,50
152	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA , em polietileno (plástico), bico reto, longo, estreito, com protetor, tampa em rosca, transparente, 250 ml CBR 0279893	Unidade	30	R\$ 3,79	R\$ 113,70
153	FRASCO COLETOR UNIVERSAL 80 ML , plástico transparente, tampa rosqueável, graduado. CBR 0439115	Frasco	500	R\$ 0,42	R\$ 210,00
154	GARROTE de borracha sintética isento de látex natural tamanho único, reutilizável CBR 0445572	Unidade	10	R\$ 13,81	R\$ 138,10
155	GEL a base de água, PH Neutro. Frasco com 1 kg. CBR 0438929	Unidade	50	R\$ 10,35	R\$ 517,50
156	GELO RÍGIDO reutilizável Gel 500 ml	Unidade	30	R\$ 6,35	R\$ 190,50
157	HASTE FLEXÍVEL PLÁSTICO , com ranhuras, com 02 pontas de algodão. Caixa com 75 unidades.	Caixa	100	R\$ 3,79	R\$ 379,00
158	HEMOSTÁTICO ABSORVÍVEL , esponja de	Caixa	2	R\$	R\$



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	gelatina liofilizada, estéril, em cubo, 1 cm. Caixa com 10 unidades. Código CBR 0417242			46,69	93,38
159	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO (PA). Forrador dentinario proteção pulpar. Aspecto físico: pó. frasco 10 g BR 0404585	frasco	2	R\$ 7,88	R\$ 15,76
160	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO RADIOPACO , tipo: cimento, aspecto físico: base + catalisador, apresentação: conjunto completo - com 01 tubo de Pasta Base (13 G) + 01 uma pasta catalisadora (11 g)	kits	2	R\$ 40,93	R\$ 81,86
161	HIPOCLORITO DE SÓDIO , solução aquosa, teor 1% de cloro ativo. Frasco com 1 litro. CBR 0437157	frasco	100	R\$ 9,70	R\$ 970,00
162	HISTEROMETRO DE COLLIN 28cm , em aço inoxidável para uso Ginecológico	Unidade	3	R\$ 91,30	R\$ 273,90
163	INDICADOR BIOLÓGICO , terceira geração, autocontido, ampola com meio de cultura, bacillus stearothermophilus, resposta em 3 horas, para esterilização a vapor. (Para incubadora modelo: Mini incubadora Cristófoli - Potência 90-253V--0,07Kv - 0,1A). Caixa com 10 unidades CBR 0339628	Caixa	500	R\$ 53,88	R\$ 26.940,00
164	INDICADOR QUÍMICO , classe: classe i, tipo uso: externo, apresentação: fita adesiva, características adicionais: para esterilização a vapor. Rolo com 30 metros. CBR 0332343	Unidade	100	R\$ 5,00	R\$ 500,00
165	INIBIDOR DE CORROSÃO para ser adicionado ao ácido paracético em produto diluído ou pronto para uso. Para ser utilizado em processos que necessitem de uma proteção à corrosividade nos equipamentos. Utilizá-los somente em produtos da ECOPER QUÍMICA. Deve ser aplicado se houver contato com matérias que apresentem metais e suas ligas. Embalagem 1 litros.	Unidade	4	R\$ 71,25	R\$ 285,00
166	ODOPOVIDONA (PVPI) , 10% (teor de iodo 1%), solução tópica aquosa. Frasco com 1000 ml CBR 0398706	Unidade	10	R\$ 31,90	R\$ 319,00
167	ODOPOVIDONA (PVPI) , a 10% (teor de iodo 1%), solução degermante 1000ml CBR 0398705	Unidade	10	R\$ 37,95	R\$ 379,50
168	LANTERNA NÃO ELÉTRICA , regulável, lanterna clínica com luz branca, hospitalar. CBR 0381138	Unidade	5	R\$ 33,23	R\$ 166,15
169	LENÇOL DESCARTÁVEL , papel, 0,50 m, 50 m, rolo, Branco, maca hospitalar CBR 0268855	unidade	20	R\$ 8,76	R\$ 175,20
170	LENÇOL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR , 100% fibra celulose natural, 70 cm x 50 m, em rolo CBR 0481791	Unidade	500	R\$ 14,40	R\$ 7.200,00
171	LIMA USO ODONTOLÓGICO , aço inoxidável, extirpa polpa, 21 mm, digital, tamanho: nº 10, com cursor. Caixa com 6 unidades. BR 0430892	Caixa	1	R\$ 80,90	R\$ 80,90
172	LIMA USO ODONTOLÓGICO , aço inoxidável, HEDSTROEM, 21 mm, digital, tamanho: 1ª série/15 a 40, com cursor, conjunto completo. Caixa com 6 unidades Código BR 0418544	Caixa	1	R\$ 78,90	R\$ 78,90
173	LIMA USO ODONTOLÓGICO , aço inoxidável, KERR flexível, 25 mm, digital, 1ª série/15 a 40, com cursor, conjunto completo. Caixa com 6 unidades Código BR 0419472	Caixa	1	R\$ 74,91	R\$ 74,91
174	LIMPADOR CONCENTRADO DE USO GERAL. Indicado para limpeza de pisos, paredes, banheiros e superfícies em geral. Produto	Unidade	20	R\$ 45,50	R\$ 910,00



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	levemente alcalino, com grande poder de limpeza de sujidades pesadas, tais como, graxas, óleos, sujidade de terra. Galão de 05 litros				
175	LIXEIRA , material plástico resistente com pedal, capacidade 35 litros. Medidas Aproximadas: Altura: 57 cm Largura: 36,5 cm Comprimento: 40,5 cm. Cor preto	Unidade	10	R\$ 126,63	R\$ 1.266,30
176	LIXEIRA , material plástico resistente, com pedal, capacidade de 15 a 18 litros. cor preto	Unidade	10	R\$ 75,69	R\$ 756,90
177	LIXEIRA , material plástico resistente, com pedal, capacidade 17 litros. Cor Branca	Unidade	10	R\$ 74,70	R\$ 747,00
178	LIXEIRA , material plástico resistente, com pedal, capacidade 35 litros. Cor branca	Unidade	10	R\$ 159,00	R\$ 1.590,00
179	LUBRIFICANTE ODONTOLÓGICO , óleo mineral, atóxico, baixa viscosidade, alto grau, spray com adaptador, caneta de alta e baixa rotação, sem CFC BR. Embalagem com 200 ml 0246952	Unidade	5	R\$ 36,26	R\$ 181,30
180	LUA CIRÚRGICA 7 , látex natural, estéril, comprimento mínimo de 28cm, lubrificada c/ pó bioabsorvível, atóxica, descartável CBR 0269839	Par	50	R\$ 1,38	R\$ 69,00
181	LUA CIRÚRGICA 7,50 , látex natural, estéril, comprimento mínimo de 28cm, lubrificada c/ pó bioabsorvível, atóxica, descartável CBR 0269838	Par	50	R\$ 1,78	R\$ 89,00
182	LUA CIRÚRGICA 8 , látex natural, estéril, comprimento mínimo de 28cm, lubrificada c/ pó bioabsorvível, atóxica, descartável CBR 0276340	Par	50	R\$ 1,79	R\$ 89,50
183	LUA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO tamanho: MÉDIO , material: látex natural íntegro e uniforme, lubrificada com pó bioabsorvível, atóxica, ambidestra, descartável, antiderrapante. Caixa com 100 unidades.BR 0269893	caixa	300	R\$ 29,62	R\$ 8.886,00
184	LUA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, tamanho EXTRAPEQUENO , látex natural íntegro e uniforme, lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, atóxica, ambidestra, descartável, formato anatômico, resistente à tração, caixa com 100 unidades CBR 0269891	caixa	100	R\$ 29,93	R\$ 2.993,00
185	LUA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, tamanho GRANDE , látex natural íntegro e uniforme, lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, atóxica, ambidestra, descartável, formato anatômico, resistente à tração, caixa com 100 unidades CBR 0269892	caixa	200	R\$ 26,73	R\$ 5.346,00
186	LUA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, Tamanho PEQUENO látex natural íntegro e uniforme, lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, atóxica, ambidestra, descartável, formato anatômico, resistente à tração, caixa com 100 unidades CBR 0269894	Caixa	200	R\$ 30,90	R\$ 6.180,00
187	MACA DE RESGATE ADULTO , de madeira compensada, tipo: prancha, largura: cerca de 0,60 m, formato anatômico, até 5 cintos de segurança CBR 0402587 0402587	Unidade	1	R\$ 422,73	R\$ 422,73
188	MACAÇÃO DE SEGURANÇA confeccionado em não tecido de polipropileno laminado com filme de polipropileno , com capuz, elástico nos tornozelos e punhos, zíper frontal protegido com aba do mesmo tecido. TAMANHO ÚNICO	unidade	80	R\$ 38,70	R\$ 3.096,00
189	MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO , elemento filtrante interno,	Unidade	2000	R\$ 0,11	R\$ 220,00



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	eficiência EFP maior que 98% e BFE maior que 95%, mínimo 3 camadas, ajustável, clipe nasal, retangular, com pregas horizontais. Unidade. CBR 0485312				
190	MÁSCARA DESCARTÁVEL retangular tripla com elástico, filtro 98% de retenção bacteriológica. Camada externa: 14/m ² , polipropileno trançado sem costura. Camada interna: 25g/m ² polipropileno expandido sem costura. Camada facial: 30g/m ² polipropileno sem costura, com c.a. Dado de identificação, procedência, nº do lote, prazo de validade e nº do Registro no Ministério da Saúde. Caixa com 50 unidades.	caixa	50	R\$ 28,99	R\$ 1.449,50
191	MATRIZ ODONTOLÓGICA , Material: Aço Inoxidável, Formato: Fita, Apresentação: Rolo 50cm, Largura:5 Mm, Tipo Uso: Descartável BR 0406145	Unidade	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
192	MATRIZ ODONTOLÓGICA , material: aço inoxidável, formato: fita, apresentação: rolo 50cm, largura:7 mm, tipo uso: descartável BR 0406146	Unidade	10	R\$ 1,90	R\$ 19,00
193	MATRIZ ODONTOLÓGICA , material: poliéster, tipo: pré-cortada, formato: fita, apresentação: envelope 50 folhas de 10cm, largura:10 mm, tipo uso: descartável BR 0406147	Unidade	10	R\$ 1,90	R\$ 19,00
194	OTOSCÓPIO PORTÁTIL , clínico, fibra ótica, bateria recarregável, lâmpada halógena, jogo espéculos reutilizáveis. Apresentar MARCA e MODELO CBR 0376088	Unidade	5	R\$ 294,00	R\$ 1.470,00
195	OXÍMETRO DE MÃO , faixa medição saturação 1:0 a 100%, faixa medição pulso 1: cerca de 20 a 250 BPM, autonomia sistema 1: cerca 16 h, alimentação: pilha, acessórios: com sensor, com bolsa. Apresentar MARCA e MODELO CBR 0441984	Unidade	20	R\$ 106,68	R\$ 2.133,60
196	PÁ PARA DESFIBRILADOR, TAMANHO: ADULTO , aplicação: externa, apresentação: par, com compatibilidade específica, esterilidade: reutilizável. CBR 0453800	Unidade	4	R\$ 672,25	R\$ 2.689,00
197	PAPEL PARA ECG 216X30 para equipamento Bionet Cardiocare 2000. CBR 0279667	Unidade	20	R\$ 35,29	R\$ 705,80
198	PAPEL PARA IMPRESSÃO - uso hospitalar, termosensível, milimetrado, cerca 210 mm, bobina com 30m, compatibilidade com equipamento CBR 0438061	Unidade	10	R\$ 24,16	R\$ 241,60
199	PAPEL PARA IMPRESSÃO - USO HOSPITALAR , termosensível, para cardiocógrafa, dimensões cerca 150 x 90 mm, compatibilidade com equipamento. Caixa 150 folhas. CBR 0454803	Caixa	10	R\$ 45,40	R\$ 454,00
200	PAPEL TOALHA interfolha branco, medida padrão de 22x20,70. Embalagem /1.00 folhas	Pacote	100	R\$ 16,52	R\$ 1.652,00
201	PASTA PROFILÁTICA , composição básica: pedra pomes, composição: lauril sulfato de sódio, características adicionais: com flúor. Frasco com 90 gramas. BR 0417702	frasco	3	R\$ 9,20	R\$ 27,60
202	PEDRA - POMES , material: rocha magnética, cor: branca, aspecto físico: pó, aplicação: limpeza dental, uso: odontológico, características adicionais: extrafino. Frasco com 100 gramas. BR 0233497	frasco	3	R\$ 12,91	R\$ 38,73
203	PETROLATO , líquido esbranquiçado, fluido, leve,	Unidade	10	R\$	R\$



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	grau de pureza de 99%, estéril, número de referência química: CAS 8042-47-5. Frasco 1 litro. CBR 0379322			30,01	300,10
204	PINÇA CIRÚRGICA ANATÔMICA , dente de rato, em aço inoxidável, comprimento:14 cm, CBR 0277573	Unidade	10	R\$ 21,88	R\$ 218,80
205	PINÇA CIRÚRGICA CHERON , em aço inoxidável, comprimento: 24 cm CBR 0328903	Unidade	10	R\$ 95,96	R\$ 959,60
206	PINÇA CIRÚRGICA KELLY , aço inoxidável, ponta reta, 14 cm CBR 0288998	Unidade	10	R\$ 98,71	R\$ 987,10
207	PINÇA CIRÚRGICA KOCHER , aço inoxidável, reta, 14 cm, com trava, hospitalar CBR 0249866	Unidade	10	R\$ 53,00	R\$ 530,00
208	PINÇA CIRÚRGICA POZZI , em aço inoxidável, ponta reta, 24 cm, com trava, para colo do útero, aplicação: hospitalar CBR 0250176	Unidade	10	R\$ 70,98	R\$ 709,80
209	PINÇA ODONTOLÓGICA , em aço inoxidável 17 cm, para aplicação de algodão, autoclavável. Código BR 413334	Unidade	5	R\$ 19,74	R\$ 98,70
210	PORTA AMALGAMA DE METAL , utilizado para transporte e inserção de amalgama na cavidade dentária. Código BR 426506	Unidade	5	R\$ 55,30	R\$ 276,50
211	PORTA-AGULHA , material: aço inoxidável, tipo: mathieu, comprimento:14 cm, características adicionais: com pontas de wídia, formato: reto BR 0254343	Unidade	3	R\$ 73,80	R\$ 221,40
212	POTE DAPPEN VIDRO BR 0411438	UNIDADE	20	R\$ 4,12	R\$ 82,40
213	POTE ODONTOLÓGICO , material: silicone, formato: cilíndrico, características adicionais:2 cavidades, tipo: dappen BR 0411439	Unidade	20	R\$ 8,29	R\$ 165,80
214	PROTETOR SOLAR, tipo proteção: UVA/UVB , fator proteção: 60, forma farmacêutica: loção cremosa – frasco com 120 ml CBR 0405890	Unidade	100	R\$ 30,66	R\$ 3.066,00
215	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL cor A1 , micro híbrida de performance total pra dentes anteriores e posteriores (Classes I, II, III, IV e V), com consistência esculpível de extremamente baixa pegajosidade, com carga de vidro de bário e sílica e matriz resinosa de MICROGLASS uterano modificada e fluorescência Apresentação em seringa de 4 gramas. Código BR 390513	Unidade	10	R\$ 50,79	R\$ 507,90
216	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A2 , micro híbrida de performance total pra dentes anteriores e posteriores (Classes I, II, III, IV e V), com consistência esculpível de extremamente baixa pegajosidade, com carga de vidro de bário e sílica e matriz resinosa de MICROGLASS uterano modificada e fluorescência Apresentação em seringa de 4 gramas. Código BR 390513	Unidade	10	R\$ 50,79	R\$ 507,90
217	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL cor A3 , micro híbrida de performance total pra dentes anteriores e posteriores (Classes I, II, III, IV e V), com consistência esculpível de extremamente baixa pegajosidade, com carga de vidro de bário e sílica e matriz resinosa de MICROGLASS uterano modificada e fluorescência Apresentação em seringa de 4 gramas. Código BR 390513	Unidade	10	R\$ 52,00	R\$ 520,00
218	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B2 , micro híbrida de performance total pra dentes anteriores e posteriores (Classes I, II, III, IV e V), com	Unidade	10	R\$ 50,40	R\$ 504,00



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	consistência esculpível de extremamente baixa pegajosidade, com carga de vidro de bário e sílica e matriz resinosa de MICROGLASS uterano modificada e fluorescência Apresentação em seringa de 4 gramas. Código BR 390513				
219	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B3 , micro híbrida de performance total pra dentes anteriores e posteriores (Classes I, II, III, IV e V), com consistência esculpível de extremamente baixa pegajosidade, com carga de vidro de bário e sílica e matriz resinosa de MICROGLASS uterano modificada e fluorescência Apresentação em seringa de 4 gramas. Código BR 390513	Unidade	10	R\$ 58,61	R\$ 586,10
220	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL cor A 3,5 , micro híbrida de performance total pra dentes anteriores e posteriores (Classes I, II, III, IV e V), com consistência esculpível de extremamente baixa pegajosidade, com carga de vidro de bário e sílica e matriz resinosa de MICROGLASS uterano modificada e fluorescência Apresentação em seringa de 4 gramas. Código BR 390513	Unidade	10	R\$ 67,10	R\$ 671,00
221	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL cor B1 , micro híbrida de performance total pra dentes anteriores e posteriores (Classes I, II, III, IV e V), com consistência esculpível de extremamente baixa pegajosidade, com carga de vidro de bário e sílica e matriz resinosa de MICROGLASS uterano modificada e fluorescência Apresentação em seringa de 4 gramas. Código BR 390513	Unidade	10	R\$ 56,24	R\$ 562,35
222	REVELADOR RADIOLOGICO , tipo: solução aquosa pronta p/ uso, aplicação: para processamento manual de filmes radiologicos dentais intraorais	Unidade	10	R\$ 55,48	R\$ 554,80
223	RODO ALUMÍNIO de 50 cm com cabo de Alumínio 1,50m.	Unidade	5	R\$ 23,70	R\$ 118,50
224	SACO PLÁSTICO LIXO, capacidade: 100 Litros , cor: branco leitoso, largura:75 cm, altura:105 cm, aplicação: hospitalar, material: polietileno alta densidade CBR 0353776	Unidade	1000	R\$ 1,45	R\$ 1.450,00
225	SACO PLÁSTICO LIXO, capacidade: 30 Litros , cor: branco leitoso, largura:59 cm, altura:62 cm, características adicionais: com solda contínua, espessura: 7 micra, aplicação: coleta de resíduos de serviços de saúde CBR 0345587	Unidade	8.000	R\$ 1,04	R\$ 8.320,00
226	SACO PLÁSTICO LIXO, capacidade: 50 Litros , cor: branco leitoso, largura:70 cm, altura:57 cm, aplicação: hospitalar, material: polietileno alta densidade CBR 0353773	Unidade	1.000	R\$ 0,42	R\$ 420,00
227	SELADORA EMBALAGEM , aço inox AISI 430, 110/220 v, à pedal, com interruptor geral, regulador de temperatura, aproximadamente 90 w, 1.400 mm, 40 kg. Apresentar MARCA e MODELO. CBR 0270930	Unidade	1	R\$ 1.817,75	R\$ 1.817,75
228	SELANTE, TIPO: PARA FÓSSULAS E FISSURAS , característica adicional: fotopolimerizável, componente adicional: flúor. Kit contendo 5 seringas de selante c/ 2 gramas cada BR0390777	kits	2	R\$ 63,64	R\$ 127,28
229	SERINGA, capacidade: 1 ML , polipropileno, bico central LUER LOCK ou SLIP, vedação êmbolo de borracha, graduada (escala ui), numerada, com	Unidade	5000	R\$ 0,67	R\$ 3.350,00



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	agulha 27,5 g x 1/2", estéril, descartável, embalagem individual CBR 0439655				
230	SERINGA, capacidade: 20 ML , material: polipropileno, bico central LUER LOCK ou SLIP, vedação com êmbolo de borracha, graduada, numerada, estéril, descartável, embalagem individual CBR 0439627	Unidade	10.000	R\$ 0,80	R\$ 8.000,00
231	SERINGA, capacidade: 5 ML , polipropileno, bico central LUER LOCK ou SLIP, vedação êmbolo de borracha, graduada, numerada, estéril, descartável, embalagem individual CBR 0439624	Unidade	5.000	R\$ 0,44	R\$ 2.200,00
232	SERINGA, capacidade:10 ML , polipropileno, bico central LUER LOCK ou SLIP, vedação êmbolo de borracha, graduada, numerada, estéril, descartável, embalagem individual CBR 0439626	Unidade	5.000	R\$ 0,45	R\$ 2.250,00
233	SERINGA, capacidade:3 ML , polipropileno, bico central LUER LOCK ou SLIP, vedação êmbolo de borracha, graduada, numerada, estéril, descartável, embalagem individual CBR 0439625	Unidade	5.000	R\$ 0,44	R\$ 2.200,00
234	SONDA ODONTOLÓGICA , material: aço inoxidável, tipo: exploradora, modelo: nº 05, tipo cabo: cabo maciço BR 0425231	Unidade	25	R\$ 15,78	R\$ 394,50
235	SONDA URETRAL, PVC atóxico siliconizado, 40 cm, nº 12, embalagem individual, descartável, estéril, apirogênica CBR 0275722	Unidade	20	R\$ 1,30	R\$ 26,00
236	SUGADOR , cirúrgico, material: PVC, ponta de 3 mm, tipo: saliva, tipo uso: estéril, descartável. Pacote com 40 unidades BR 0406292	Pacote	50	R\$ 17,30	R\$ 865,00
237	SUPORTE LIMPA Tudo com cabo de alumínio com encaixe de rosca de 140 cm e duas fibras de limpeza de piso: Fibra Branca para limpeza de superfícies delicadas e Fibra Verde para superfícies diversas	Unidade	50	R\$ 25,47	R\$ 1.273,50
238	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL , escala: até 45 °C, tipo :uso auricular e de testa, com alarmes, memória até 30 medições, embalagem individual CBR 0435804	Unidade	10	R\$ 113,70	R\$ 1.137,00
239	TERMOMETRO DE VIDRO fotopolimerizável	Unidade	10	R\$ 82,35	R\$ 823,50
240	TESOURA MAYO STILLE em aço inoxidável, 15 cm, ponta reta CBR 0325141	Unidade	20	R\$ 54,00	R\$ 1.080,00
241	TESOURA ROMBA-ROMBA 15 CM , ponta reta, Standard, aço inoxidável, CBR 0339345	Unidade	10	R\$ 51,00	R\$ 510,00
242	TESOURA TIPO ÍRIS 11,5 CM , aço inoxidável, ponta reta romba, CBR 0327406	Unidade	5	R\$ 26,10	R\$ 130,50
243	TESOURA TIPO METZEMBAUM 14 CM , aço inoxidável, ponta curva delicada, CBR 0377750	Unidade	20	R\$ 59,39	R\$ 1.187,80
244	TESOURA TIPO METZEMBAUM 14 CM , aço inoxidável, ponta reta, CBR 0347897	Unidade	5	R\$ 43,68	R\$ 218,40
245	TIRA ABRASIVA - uso odontológico, material: poliéster + óxido de alumínio, tipo centro: centro neutro, comprimento: cerca de 170 mm, largura: cerca de 4 mm, tipo uso: descartável. Embalagem com 50 unidades. BR 0423570	Caixa	5	R\$ 11,45	R\$ 57,25



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

246	TIRA TESTE PARA MEDIÇÃO QUANTITATIVA DE GLICOSE SANGUÍNEA , que utilize capilar venoso, arterial e neonato, com amostra de no máximo 2,0ul, com capacidade de medição de glicemia entre 10mg/dl a 600mg/dl. As tiras reagentes devem absorver o sangue por capilaridade automaticamente para dentro da célula reagente, utilizar tecnologia de glicose desidrogenase com metodologia biossensora amperométrica. A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato, no mínimo 10 (dez) aparelhos medidores de glicose compatíveis com as tiras, proporcionando assistência técnica permanente quando solicitado, sem qualquer custo adicional. Caixa com no mínimo 50 Unidades. CBR 0339565	Caixa	100	R\$ 83,42	R\$ 8.342,00
247	TOALHA DE PAPEL interfolhada com 2 dobras, cor branca 20x21cm, gramatura entre 34 e 36 gramas. Embalagem com 1.000 folhas	Caixa	10	R\$ 12,63	R\$ 126,30
248	TOALHEIRO BRANCO PAPEL TOALHA PLASTICO. Capacidade: 700 folhas aproximadamente.	Unidade	400	R\$ 41,77	R\$ 16.708,00
249	TOUCA DESCARTÁVEL , ajustável para qualquer tamanho de cabeça, com elástico para melhor vedação. Caixa com 100 unidades.	Caixa	5	R\$ 27,00	R\$ 135,00
250	TOUCA HOSPITALAR , não tecido, 100% polipropileno, com elástico em toda volta, sem cor, cerca de 30 g/m2, tamanho único, descartável, hipoalergênica, atóxica, inodora, unissex - com 100 unidades. Código BR 0428620	Caixa	20	R\$ 14,79	R\$ 295,80
251	TUBO DE PASTA CATALISADORA (11g) + 01 Bloco de Mistura. BR 0404562	Caixa	20	R\$ 28,40	R\$ 568,00
252	UMIDIFICADOR , polipropileno com inserto de latão, 250 ml, boca larga, cores, identificação (ABNT NB 24), oxigênio, conexão borboleta de inserto latão e polipropileno, conexão saída latão cromado para mangueira com máscara. CBR 0281424	Unidade	100	R\$ 18,28	R\$ 1.828,00
253	VERNIZ DE FLÚOR - 5,5% de fluoreto de sódio. Solução de resinas naturais com íons flúor na concentração de 5,5%, indicado para prevenir a cárie dental e remineralizar manchas brancas do esmalte. Embalagem contendo 1 Frasco líquido com 10ml de Verniz + 1 Frasco de Pó Profilático/Pedra Pomes com 10g. BPS BR 428166	kits	10	R\$ 42,40	R\$ 424,00
254	VASELINA SÓLIDA de origem mineral, embalagem com 500 gramas	Unidade	10	R\$ 45,06	R\$ 450,60

2.4.4. O licitante deverá aplicar a isenção tributária conforme Convênio(s) ICMS – Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ nº 87/2002 e seguintes, ou de outras normas que impliquem desoneração tributária no preço dos medicamentos deste Convênio, de modo a assegurar a isonomia entre os participantes e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública (caso seja aplicável ao objeto).

3. JUSTIFICATIVAS:

3.1. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:

Esta aquisição para atender a demanda diária da Unidade Básica de Saúde “Dr. Fausto Luís



de Melo Marinho” para que possam realizar suas atividades de assistência e atendimento gratuito à população do Município, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), disponibilizando material hospitalar para diversas finalidades relativas às atividades das unidades de saúde, com insumos em quantidade, qualidade e menor custo, visando a regularidade de atendimento à população e funcionamento do sistema de saúde.

A Aquisição de materiais Odontológicos são para a estruturação e funcionamento do Consultório Odontológico da Unidade Básica de Saúde do Município de Itambaracá/Pr, visando prestar esses serviços a todos os usuários do SUS. Para a atuação de forma satisfatória dos profissionais e para o desenvolvimento de ações do Programa de Saúde bucal, faz-se necessário a disponibilização dos materiais de consumo descritos neste termo.

3.2. JUSTIFICATIVA PARA O QUANTITATIVO ESTIMADO:

O quantitativo tem por parâmetro o planejamento almejado pelo município, em que pese a estimativa, baseada na demanda levantada pela secretaria solicitante, para um período de (12 meses), considerando o consumo de períodos equivalentes anteriores.

3.3. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA MODALIDADE “PREGÃO”:

– Lei 10520/2002, Artigo 1º – Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de Pregão, que será regida por esta Lei:

– Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

3.4. DA JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP.

- Considerando que a contratação mediante Sistema de Registro de Preços encontra previsão no Decreto Federal nº 7.892/2013. Pode ser adotado quando for conveniente a aquisição de bens/serviços com previsão de entregas parceladas/fornecimento, o que se encaixa perfeitamente a esta licitação.
- Considerando que se trata de estimativa de consumo, sugere-se a modalidade Pregão por Registro de Preços, com previsão de consumo para 12 meses, ajustando-se aos recursos orçamentários, minimizando futuros imprevistos e evitando possíveis prejuízos à Administração, com uma contratação que atenda as reais necessidades, sem restar desperdícios, bem como sem causar interrupção da execução dos serviços.
- Considerando que a opção pelo SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição/contratação poderá ser gradativa, de acordo com a necessidade da Administração.
- Considerando ainda que se faz entender que a utilização de SRP está justificada, pois a Administração Pública está indicando o objeto que pretende adquirir/contratar e informando os quantitativos estimados e máximos pretendidos. Ressalta-se que, diferentemente da licitação convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos estimados. O SRP constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.



MUNICIPIÓ DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente licitação, utilizando-se a modalidade Pregão, valendo-se do Sistema de Registro de Preços, de acordo com o Decreto 7.892/2013, em virtude do exato enquadramento das necessidades da contratação pretendida, utilizar-se deste sistema, a saber: os serviços serão prestados de forma parcelada, tendo em vista a não disponibilidade total do valor para aquisição total, sendo feitas em concordância com a disponibilidade de crédito obtida durante o período, evitando assim, desperdícios e prejuízos ao erário público por compras em quantidades excessivas e desnecessárias; estando, portanto, inclusa a hipótese que assegura ser adotado o Sistema de Registro de Preços, de acordo com o inciso II do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013.

3.5. JUSTIFICATIVA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

O Objeto descrito neste Termo de Referência são classificados como bem comum em atendimento ao disposto na Lei n.º 10.520/2002, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado. Sendo esse tipo de aquisição comum em todos os municípios.

Não há nenhuma singularidade na aquisição pretendida que a desqualifique como item de “bem comum”, pois, trata-se de aquisição cuja escolha da empresa pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si, sem necessidade de avaliação minuciosa.

Desta forma, consideramos a modalidade de pregão como sendo a mais adequada ao presente caso, tendo em vista a baixa complexidade na elaboração e condução do processo licitatório.

3.6. JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO NÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

Este edital NÃO é exclusivo para Micro, Pequena Empresa e MEI's, e não possui cota reservada, por conta da impossibilidade de identificar a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local e regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, nos termos do Artigo 49, incisos II e III da LC 123/06, alterada pela LC 147/14; porém o mesmo contempla os benefícios da regularidade fiscal e trabalhista e o empate ficto para as empresas enquadradas nesta condição.

Ademais, com base no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, o qual dispõe que não se aplica o tratamento diferenciado, simplificado e privilegiado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, desta forma, por representar risco de fornecimento considerado alto, este certame será de Ampla Participação de empresas de qualquer porte.

4. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

10.002.10.301.0013.1073			
371	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	31334
10.002.10.301.0013.2038			
375	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303
382	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01303
10.002.10.301.0013.2046			
388	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1494
10.002.10.301.0013.2083			
392	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000
393	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01504
394	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01510



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

395	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01511	
10.002.10.301.0013.2106				
399	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	31329	
10.002.10.301.0013.2107				
403	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01495	
10.002.10.301.0013.6008				
406	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303	
10.002.10.304.0013.2047				
411	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1494	
10.002.10.305.0013.2045				
415	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1494	
			MATERIAL DE CONSUMO TOTAL	410.372,93
			EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE TOTAL	19.997,79
			Total Geral	430.370,72

5. VALOR MÁXIMO:

O valor total máximo para o objeto é de R\$ 430.370,72 (quatrocentos e trinta mil trezentos e setenta reais e setenta e dois centavos), obtidos através de Orçamento Físico, Editais, mídias especializadas, Banco de Preço em Saúde – BPS, site da Plataforma da BLL COMPRAS (www.bll.org.br/) e COMPRAS/Menor Preço-Nota Paraná.

6. DOS PRAZOS E LOCAL FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

6.1. Os Medicamentos/Materiais/Equipamentos, sempre que solicitados, deverão ser entregues no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da ordem de fornecimento, devendo estes serem entregues em dias úteis das 07h:00min às 11h:00min e das 13h:00min às 17h:00min diretamente na UBS Dr. Fausto Luís de Melo Marinho, sita à Rua Antônio Dias, nº 275, no Município de Itambaracá.

6.1.1. Nos casos em que o prazo acima não seja suficiente para a devida entrega dos Medicamentos/Materiais/Equipamentos, a empresa contratada deverá formalizar por meio de justificativa técnica a necessidade de maior prazo, bem como estipulá-lo corretamente.

6.1.2. Caso os Medicamentos/Materiais/Equipamentos não sejam entregues no prazo acima estabelecido, o fiscal da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo Município de Itambaracá.

6.2. O objeto deste edital deverá (ão) ser entregue(s) acompanhado(s) de nota(s) fiscal (is) distintas, ou seja, de acordo com a Ordem de Fornecimento, constando o número da mesma, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

6.2.1. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento.

7 - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO(S) PRODUTO(S) (Art. 73, da Lei nº 8666/93).

7.1. Recebimento Provisório: A partir da data da entrega do objeto solicitado, o Responsável Técnico do Departamento solicitante e fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pelo Recebimento da Secretaria Municipal de Saúde terá um **prazo de 03 (três) dias para conferência da Nota Fiscal**, data de validade dos produtos, quantidade, bem como verificar a conformidade do produto/equipamento com o solicitado na Nota de Empenho. Caso ocorram divergências entre o bem solicitado e o entregue, o fiscal da Ata de



Registro de Preços deverá rejeitá-lo e solicitar a **reposição num prazo de 10 (dez) dias** contados do recebimento da notificação formal pela Contratada.

7.1.1. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação;

7.1.1.1. na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da ocorrência, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.

7.1.2. Se a entrega e/ou a substituição e/ou complementação do objeto não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e na ata de registro de preços;

7.2. Recebimento Definitivo: Após o prazo definido para recebimento provisório da mercadoria e estando todos os produtos/equipamentos em conformidade com a Ata de Registro de Preços, o fiscal da Ata de Registro de Preços responsável pelo Recebimento atestará na Nota Fiscal o recebimento definitivo encaminhando a mesma para os trâmites legais de pagamento.

7.3. A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho/Ata de Registro de Preços.

7.4. Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi realizado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

7.4. Todos os produtos deverão ter impressos na embalagem a data de fabricação, prazo de validade dos mesmos e outras informações de acordo com a legislação pertinente;

7.5. O recebimento dos Medicamentos/Materiais/Equipamentos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata.

8. DO PRAZO DE VALIDADE, DAS EMBALAGENS E TRANSPORTE DOS MATERIAIS

8.1. Os Medicamentos/Materiais deverão apresentar prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de entrega dos produtos pelo fornecedor na unidade contratante, ou no mínimo, 75% da sua validade, contados da data de sua fabricação. Casos excepcionais serão analisados pontualmente, quando necessário.

8.2. Havendo a impossibilidade de cumprimento do prazo de validade estipulado no item anterior, a CONTRATADA deverá consultar expressamente a Secretaria requisitante, através do Gestor do Contrato, sobre a aceitabilidade ou não do produto com prazo de validade inferior.

8.2.1. O Gestor do Contrato informará à CONTRATADA sobre a decisão da Secretaria requisitante.

8.2.2. Caso haja a aceitação pela Secretaria requisitante, os produtos com validade inferior ao estipulado no subitem **8.1.** poderão ser entregues e recebidos, desde que, acompanhados, obrigatoriamente, de Carta de Garantia de Troca.

8.2.3. A licitante vencedora deverá trocar/substituir os medicamentos/materiais/equipamentos as suas custas bem com o arcar com todas as despesas decorrentes da reposição e transporte destes, não cabendo à Municipalidade quaisquer ônus, em especial no que



concerne ao envio de itens danificados ao licitante vencedor, podendo ainda sofrer as penalidades por inadimplência contratual.

8.3. O objeto deverá ser entregue acompanhado de nota fiscal distinta, ou seja, de acordo com a Ordem de Fornecimento, e deverão conter as especificações completas do objeto proposto, valor unitário e valor total, assim como indicação do número do certame, não podendo haver rasuras e/ou emendas. O fornecedor deverá realizar o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos Grupos I80 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. E comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55.

8.3.1. As notas fiscais deverão constar obrigatoriamente a identificação do número do LOTE e de PRAZO DE VALIDADE dos produtos/materiais em cumprimento as exigências da Portaria da ANVISA nº 802/98 e na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 320/02.

8.3.2. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento.

8.4. O texto e demais exigências legais previstas para os produtos devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor.

8.5. Não serão recebidos materiais que tenham sido transportados com outros materiais de natureza tóxica, que estejam com suas embalagens adulteradas ou, que o veículo de transporte apresente sujidades e/ou temperatura inadequada.

8.6. Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

8.7. A Deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **a mesma marca dos medicamentos/materiais/equipamentos apresentados na proposta.**

8.8. Não serão aceitas trocas de marcas dos produtos/equipamentos após a assinatura da Ata de Registro de Preços. Caso ocorra algum problema no fornecimento da indústria e ou distribuidora para entregar a marca adjudicada, deve-se encaminhar solicitação prévia para avaliação do Fiscal e do Gestor da Ata de Registro de Preços

8.9. A substituição da MARCA dos medicamentos/materiais/equipamentos ofertados somente será aceita se atendidas as seguintes condições:

- a) o pedido de substituição deverá ser solicitado na Secretaria de Saúde do Município, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar a marca previamente aceita;
- b) a nova marca deverá possuir no mínimo a mesma composição e concentração com qualidade igual ou superior a marca cotada inicialmente e atender a todas as exigências do edital;
- c) O preço ofertado não será alterado nas substituições da marca do medicamento/material/equipamento ofertado;

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Pela fiel e perfeita execução do objeto desta licitação, o Município de Itambaracá, mediante apresentação da nota fiscal, exigível em conformidade com a legislação fiscal, pagará por meio de depósito na conta corrente da licitante, o valor correspondente aos medicamentos/produtos/equipamentos efetivamente entregues e atestados, sem custos de frete e/ou outros adicionais.

9.1.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;



MUNICIPIÓ DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

9.1.2. A nota fiscal apresentada deverá estar preenchida sem rasuras, dando conta do cumprimento de todas as exigências deste Termo e da Ata de Registro de Preços.

9.1.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento (de acordo com os dados apresentados na Proposta de Preços);

9.1.4. A nota fiscal deverá conter no verso atestados firmados pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento, comprovando execução do objeto contratado;

9.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9.3. Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal, acompanhada das seguintes certidões:

- a) Certidão de Regularidade de débito com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, com validade;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de
- d) Certidão de Regularidade Fiscal;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.4. Havendo erro na emissão do documento de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, como rasuras, entrelinhas, tal documento será devolvido à licitante e o pagamento ficará pendente até que sejam sanados os problemas; nesta hipótese o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o Município de Itambaracá.

9.5. Para os casos de rejeição dos produtos, será prorrogado automaticamente o atestado de recebimento proporcionalmente ao prazo de substituição dos produtos/serviços, o que, conseqüentemente, provocará a prorrogação do pagamento da respectiva nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus adicional para o Município.

9.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento (art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93) provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, quando demandado a CONTRATANTE, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6,00% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas: (segundo artigo 36 § 4º da IN 02 de 2008):

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

10. DO REAJUSTE DE PREÇOS



10.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inc. II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração, será efetuada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na forma da alínea “d” do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

10.3. A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser feita acompanhada de demonstração analítica da variação dos componentes do custo do contrato, devidamente justificada tais como Notas Fiscais de Aquisição, serviços e outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos, sempre mediante requerimento fundamentado e após autorização expressa do Município de Itambaracá, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

10.4. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório, comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pelo Município, o proponente registrado será por ela convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1. Constituem obrigações do DA CONTRATADA:

11.1.1. Deverá fornecer os materiais/equipamentos que contenham Registro/notificação/cadastro junto a ANVISA, conforme requisitos técnicos definidos em regulamentação específica da ANVISA.

11.1.2. Os materiais/equipamentos deverão ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA. O transporte deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a qualidade e integridade dos mesmos.

11.1.3. Deverá realizar a entrega dos materiais/equipamentos solicitados em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, quer seja no preço, prazo de entrega ou demais condições estabelecidas entre as partes.

11.1.4. Deverá responsabilizar-se pela entrega dos materiais/equipamentos, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros, na execução do contrato, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

11.1.5. Deverá responsabilizar-se pela entrega dos materiais/equipamentos, respondendo por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à Contratante e a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade o acompanhamento realizado pela Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

11.1.6. Os materiais/equipamentos deverão ser acondicionados conforme norma do fabricante, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor e em conformidade com as normas vigentes.



11.1.7. Deverá observar rigorosamente as normas de segurança, ambiental, higiene e medicina do trabalho.

11.1.8. Garantir os equipamentos contra defeitos de fabricação pelo prazo não inferior de 1 (ano) ano a contar do recebimento.

11.1.10. Todas as despesas com transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

11.1.11. Deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.2.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

11.2.2. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador (es) das mudanças de comportamento.

11.2.3. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução de consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

11.2.4. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

11.2.5. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

11.2.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

11.2.7. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.

11.2.8. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial, sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

11.2.9. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual, ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

11.2.10. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.

11.2.11. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

11.2.12. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.

11.2.13. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.

11.2.14. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

11.2.15. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico, elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.



11.2.16. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

11.2.17. A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

11.2.17.1. Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos.

11.2.17.2. Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como, de papel confeccionado com madeira de origem legal.

11.2.18. Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

11.2.19. Deverá, se possível, adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo uma política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto n. 5.940/2006.

11.2.20. Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

11.3. Constituem obrigações **DO CONTRATANTE:**

11.2.1. Requisitar o objeto, por meio de Solicitação de Fornecimento, conforme as necessidades da Secretaria Requisitante.

11.2.2. Conferir o fornecimento do produto, embora a licitante vencedora seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

11.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

11.2.4. Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na entrega dos materiais/equipamentos e interromper imediatamente o fornecimento se for o caso.

11.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.

11.2.6. Impedir que terceiros forneçam o objeto deste edital.

11.2.7. Efetuar o pagamento à licitante vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de entrega, emitido pelo Departamento de Abastecimento, por meio do fiscalizador designado.

11. PRAZO VIGÊNCIA

11.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tendo início e vencimento em dia de expediente, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, segundo os termos do art. 110, da Lei 8.666/93.

11.2. Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Itambaracá/Pr não será obrigado à aquisição/contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

11.3. Poderá a Administração, mesmo comprovada a ocorrência mencionada no parágrafo anterior, optar por cancelar a Ata e providenciá-lo em outro procedimento licitatório.

12. GARANTIA

A CONTRATADA responderá pela qualidade dos produtos/serviços nos exatos termos da Lei 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

ANEXO II

Ao Município de Itambaracá do Estado do Paraná.

Ref.: Edital de Pregão Eletrônico nº **(inserir o número) / (o ano) - (sigla do licitador)**.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO

Objeto: PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de Material de Consumo e Equipamentos Hospitalar e Odontológicos, destinados à Unidade Municipal de Saúde Dr. Fausto Luiz de Melo Marinho.

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, declara que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa

1) Declaramos, para todos os fins: que a empresa não foi declarada inidônea por ato do Poder Público; que a empresa não está impedida de transacionar com a Administração Pública; que a empresa não foi apenada com rescisão de contrato quer por deficiência dos materiais fornecidos, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos; que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a O MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

2) Declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital do Pregão Eletrônico nº 0[]/2023, assim como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

3) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

4) DECLARA sob as penas da lei que não possui em seu quadro societário cônjuge, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de autoridades ou servidores



MUNICIPIÓ DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

comissionados da própria pessoa jurídica, conforme Acórdão 2745/2010 do Tribunal de Contas do Paraná, Súmula Vinculante 13, do STF e Prejulgado de nº 09 do TCE/PR.

a) Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

Por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

(inserir o local), (inserir o dia) de (inserir o mês) de (inserir o ano).

(nome, RG nº e assinatura do responsável legal)

ANEXO III

**TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA
BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL**

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: () SIM () Não	

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

2. São responsabilidades do Licitante:

- I. Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- II. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- IV. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo I; e
- V. Pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5. **(cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- I. Declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- II. Apresentar lance de preço;
- III. Apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- IV. Solicitar informações via sistema eletrônico;
- V. Interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- VI. Apresentar e retirar documentos;
- VII. Solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- VIII. Assinar documentos relativos às propostas;
- IX. Emitir e firmar o fechamento da operação; e
- X. Praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:

Endereço:

CNPJ:

6. O presente Termo de Adesão é válido até __/__/____, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: _____
(reconhecer firma em cartório)



ANEXO III-A

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA
BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL
INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	WhatsApp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	WhatsApp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	WhatsApp	

O Licitante reconhece que:

- i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;
- iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)



ANEXO IV

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

– SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).



MUNICIPIÓ DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO V

Ao Município de Itambaracá do Estado do Paraná.

Ref.: Edital de Pregão Eletrônico nº (inserir o número) / (o ano) - (sigla do licitador).

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de Material de Consumo e Equipamentos Hospitalar e Odontológicos, destinados à Unidade Municipal de Saúde Dr. Fausto Luiz de Melo Marinho.

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PROPONENTE: _____
ENDEREÇO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
CNPJ: _____ INSC. ESTADUAL: _____
TELEFONE: (____) _____ FAX: (____) _____ E-MAIL: _____

Ref: Pregão Eletrônico para fins de Registro de Preços nº 0__/2023

O signatário da presente, em nome da empresa, propõe:

1) **O seguinte preço (READEQUADOS AO LANCE VENCEDOR), por ITEM cotado:**

Descrição do item	Unidade	Quantidade	Pço Unit.	Pço Total

2) **Validade da Proposta:** Mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da abertura dos envelopes propostas;

3) **Prazos e condições para Entrega/Execução do Objeto:** conforme edital

4) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

5) Declaramos que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **[Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP.)]**

6) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis pagamentos:

Instituição Financeira (Banco): _____ Agência: _____
Número e dígito da conta _____ Nome do correntista: _____; Cidade _____

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

(inserir o local), (inserir o dia) de (inserir o mês) de (inserir o ano).

Representante Legal ou Procurador do Licitante (nome e assinatura)



ANEXO VI

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º (inserir o número) / (o ano)

PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º (inserir o número) / (o ano)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º (inserir o número) / (o ano)

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n.º 76.235.738/0001-08, com sede à Avenida Interventor Manoel Ribas, 06, neste ato legalmente representado pela Prefeita Municipal Senhora Mônica Cristina Zambon Holzmann, brasileira, casada, portadora do CPF n.º ___ e RG: n.º ___, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Eletrônica pelo Sistema de Registro de Preços, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) licitadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal n.º 10.520/02, Decreto Federal n.º 10.024/2019, Decreto Federal n.º 7.892/13 e no que couber a Lei Federal n.º 8.666/93, e respectivas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto

1.1. O Objeto da presente Ata é o PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de Material de Consumo e Equipamentos Hospitalar e Odontológicos, destinados à Unidade Municipal de Saúde Dr. Fausto Luiz de Melo Marinho, conforme especificações e detalhamentos consignados no Pregão Eletrônico - SRP n.º 0___/2023 bem como a classificação obtida no certame, formulamos e homologamos a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

1.2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital de Edital do Pregão Eletrônico-SRP n.º 0___/2023, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fornecedor

2. O preço registrado unitário e total, as especificações do objeto, a quantidade, as empresas classificadas, e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

2.1. Consoante o procedimento licitatório que deu origem a presente ata, ficou classificado em primeiro lugar:

a) Primeiro colocado:

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____ e IE n.º _____, com sede na cidade de _____, Estado do _____, na Rua _____, n.º _____, CEP _____ neste ato representada por _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado do _____, na Rua _____, n.º _____, CEP: _____ inscrito no CPF/MF sob n.º _____ e portador da Cédula de Identidade RG n.º _____, doravante denominada **DETENTORA**, obriga-se a fornecer ao Município de Itambaracá - Pr, de acordo com as solicitações feitas pela **CONTRATANTE**, os itens a seguir:



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

Descrição do item	Unidade	Quantidade	Pço Unit.	Pço Total	Marca
-------------------	---------	------------	-----------	-----------	-------

2.1.1. Restaram classificados em segundo e terceiro lugares, respectivamente:

b) Segundo colocado:

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____ e IE nº _____, com sede na cidade de _____, Estado do _____, na Rua _____, nº _____, CEP _____ neste ato representada por _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado do _____, na Rua _____, nº _____, CEP: _____ inscrito no CPF/MF sob nº _____ e portador da Cédula de Identidade RG nº _____, doravante denominada **DETENTORA**, obriga-se a fornecer ao Município de Itambaracá - Pr, de acordo com as solicitações feitas pela **CONTRATANTE**, os itens a seguir:

Descrição do item	Unidade	Quantidade	Pço Unit.	Pço Total	Marca
-------------------	---------	------------	-----------	-----------	-------

c) Terceiro colocado:

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____ e IE nº _____, com sede na cidade de _____, Estado do _____, na Rua _____, nº _____, CEP _____ neste ato representada por _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado do _____, na Rua _____, nº _____, CEP: _____ inscrito no CPF/MF sob nº _____ e portador da Cédula de Identidade RG nº _____, doravante denominada **DETENTORA**, obriga-se a fornecer ao Município de Itambaracá - Pr, de acordo com as solicitações feitas pela **CONTRATANTE**, os itens a seguir:

Descrição do item	Unidade	Quantidade	Pço Unit.	Pço Total	Marca
-------------------	---------	------------	-----------	-----------	-------

CLÁUSULA TERCEIRA: Valor Contratual

Pelo fornecimento/execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ ____ (____) pelo total da contratação, referentes ao objeto descrito no subitem 2.1. do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA: Da Vigência

4.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tendo início e vencimento em dia de expediente, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, segundo os termos do art. 110, da Lei 8.666/93.

4.2. Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Itambaracá/Pr não será obrigado à aquisição/contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

4.3. Poderá a Administração, mesmo comprovada a ocorrência mencionada no parágrafo anterior, optar por cancelar a Ata e providenciá-lo em outro procedimento licitatório.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PRAZOS E LOCAL FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

5.1. Os Medicamentos/Materiais/Equipamentos, sempre que solicitados, deverão ser entregues no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da ordem de fornecimento, devendo estes serem entregues em dias úteis das 07h:00min às 11h:00min e das 13h:00min às 17h:00min diretamente na UBS Dr. Fausto Luís de Melo Marinho, sita à Rua Antônio Dias, nº 275, no Município de Itambaracá.



5.1.1. Nos casos em que o prazo acima não seja suficiente para a devida entrega dos Medicamentos/Materiais/Equipamentos, a empresa contratada deverá formalizar por meio de justificativa técnica a necessidade de maior prazo, bem como estipulá-lo corretamente.

5.1.2. Caso os Medicamentos/Materiais/Equipamentos não sejam entregues no prazo acima estabelecido, o fiscal da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo Município de Itambaracá.

5.2. O objeto deste edital deverá (ão) ser entregue(s) acompanhado(s) de nota(s) fiscal (is) distintas, ou seja, de acordo com a Ordem de Fornecimento, constando o número da mesma, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

5.2.1. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA SEXTA: Do Recebimento e Condições de Entrega e Recebimento dos Produtos/Materiais Art. 73, da Lei nº 8666/93

6.1. Recebimento Provisório: A partir da data da entrega do objeto solicitado, o Responsável Técnico do Departamento solicitante e fiscal da Ata de Registro de Preços, responsável pelo Recebimento da Secretaria Municipal de Saúde terá um **prazo de 03 (três) dias para conferência da Nota Fiscal**, data de validade dos produtos, quantidade, bem como verificar a conformidade do produto/equipamento com o solicitado na Nota de Empenho. Caso ocorram divergências entre o bem solicitado e o entregue, o fiscal da Ata de Registro de Preços deverá rejeitá-lo e solicitar a **reposição num prazo de 10 (dez) dias** contados do recebimento da notificação formal pela Contratada.

6.1.1. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação;

6.1.1.1. na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da ocorrência, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.

6.1.2. Se a entrega e/ou a substituição e/ou complementação do objeto não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e na ata de registro de preços;

6.2. Recebimento Definitivo: Após o prazo definido para recebimento provisório da mercadoria e estando todos os produtos/equipamentos em conformidade com a Ata de Registro de Preços, o fiscal da Ata de Registro de Preços responsável pelo Recebimento atestará na Nota Fiscal o recebimento definitivo encaminhando a mesma para os trâmites legais de pagamento.

6.3. A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho/Ata de Registro de Preços.

6.4. Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi realizado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

6.4. Todos os produtos deverão ter impressos na embalagem a data de fabricação, prazo de validade dos mesmos e outras informações de acordo com a legislação pertinente;



6.5. O recebimento dos Medicamentos/Materiais/Equipamentos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VALIDADE, DAS EMBALAGENS E TRANSPORTE DOS MATERIAIS

7.1. Os Medicamentos/Materiais deverão apresentar prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de entrega dos produtos pelo fornecedor na unidade contratante, ou no mínimo, 75% da sua validade, contados da data de sua fabricação. Casos excepcionais serão analisados pontualmente, quando necessário.

7.2. Havendo a impossibilidade de cumprimento do prazo de validade estipulado no item anterior, a CONTRATADA deverá consultar expressamente a Secretaria requisitante, através do Gestor do Contrato, sobre a aceitabilidade ou não do produto com prazo de validade inferior.

7.2.1. O Gestor do Contrato informará à CONTRATADA sobre a decisão da Secretaria requisitante.

7.2.2. Caso haja a aceitação pela Secretaria requisitante, os produtos com validade inferior ao estipulado no subitem **7.1.** poderão ser entregues e recebidos, desde que, acompanhados, obrigatoriamente, de Carta de Garantia de Troca.

7.2.3. A licitante vencedora deverá trocar/substituir os medicamentos/materiais/equipamentos as suas custas bem com o arcar com todas as despesas decorrentes da reposição e transporte destes, não cabendo à Municipalidade quaisquer ônus, em especial no que concerne ao envio de itens danificados ao licitante vencedor, podendo ainda sofrer as penalidades por inadimplência contratual.

7.3. O objeto deverá ser entregue acompanhado de nota fiscal distinta, ou seja, de acordo com a Ordem de Fornecimento, e deverão conter as especificações completas do objeto proposto, valor unitário e valor total, assim como indicação do número do certame, não podendo haver rasuras e/ou emendas. O fornecedor deverá realizar o adequado preenchimento do Código GTIN e dos campos dos Grupos I80 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes. E comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55.

7.3.1. As notas fiscais deverão constar obrigatoriamente a identificação do número do LOTE e de PRAZO DE VALIDADE dos produtos/materiais em cumprimento as exigências da Portaria da ANVISA nº 802/98 e na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 320/02.

7.3.2. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento.

7.4. O texto e demais exigências legais previstas para os produtos devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor.

7.5. Não serão recebidos materiais que tenham sido transportados com outros materiais de natureza tóxica, que estejam com suas embalagens adulteradas ou, que o veículo de transporte apresente sujidades e/ou temperatura inadequada.



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

7.6. Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

7.7. A Deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **a mesma marca dos medicamentos/materiais/equipamentos apresentados na proposta.**

7.8. Não serão aceitas trocas de marcas dos produtos/equipamentos após a assinatura da Ata de Registro de Preços. Caso ocorra algum problema no fornecimento da indústria e ou distribuidora para entregar a marca adjudicada, deve-se encaminhar solicitação prévia para avaliação do Fiscal e do Gestor da Ata de Registro de Preços

7.9. A substituição da MARCA dos medicamentos/materiais/equipamentos ofertados somente será aceita se atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser solicitado na Secretaria de Saúde do Município, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar a marca previamente aceita;

b) a nova marca deverá possuir no mínimo a mesma composição e concentração com qualidade igual ou superior a marca cotada inicialmente e atender a todas as exigências do edital;

c) O preço ofertado não será alterado nas substituições da marca do medicamento/material/equipamento ofertado;

CLÁUSULA OITAVA: Dos Recursos Orçamentários

Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação, para os quais se emitirá empenho, correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias:

10.002.10.301.0013.1073			
371	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	31334
10.002.10.301.0013.2038			
375	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303
382	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01303
10.002.10.301.0013.2046			
388	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1494
10.002.10.301.0013.2083			
392	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01000
393	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01504
394	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01510
395	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01511
10.002.10.301.0013.2106			
399	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	31329
10.002.10.301.0013.2107			
403	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01495
10.002.10.301.0013.6008			
406	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01303
10.002.10.304.0013.2047			
411	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1494
10.002.10.305.0013.2045			
415	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1494
MATERIAL DE CONSUMO TOTAL			410.372,93
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE TOTAL			19.997,79
Total Geral			430.370,72

CLÁUSULA NONA: DA FORMA DE PAGAMENTO E CERTIDÕES



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

9.1. Pela fiel e perfeita execução do objeto desta licitação, o Município de Itambaracá, mediante apresentação da nota fiscal, exigível em conformidade com a legislação fiscal, pagará por meio de depósito na conta corrente da licitante, o valor correspondente aos medicamentos/produtos/equipamentos efetivamente entregues e atestados, sem custos de frete e/ou outros adicionais.

9.1.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

9.1.2. A nota fiscal apresentada deverá estar preenchida sem rasuras, dando conta do cumprimento de todas as exigências deste Termo e da Ata de Registro de Preços.

9.1.3. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento (de acordo com os dados apresentados na Proposta de Preços);

9.1.4. A nota fiscal deverá conter no verso atestados firmados pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento, comprovando execução do objeto contratado;

9.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9.3. Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal, acompanhada das seguintes certidões:

- a) Certidão de Regularidade de débito com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, com validade;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de
- d) Certidão de Regularidade Fiscal;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.4. Havendo erro na emissão do documento de cobrança ou circunstancia que impeça a liquidação da despesa, como rasuras, entrelinhas, tal documento será devolvido à licitante e o pagamento ficará pendente até que sejam sanados os problemas; nesta hipótese o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o Município de Itambaracá.

9.5. Para os casos de rejeição dos produtos, será prorrogado automaticamente o atestado de recebimento proporcionalmente ao prazo de substituição dos produtos/serviços, o que, conseqüentemente, provocará a prorrogação do pagamento da respectiva nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus adicional para o Município.

9.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento (art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93) provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, quando demandado a CONTRATANTE, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6,00% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas: (segundo artigo 36 § 4º da IN 02 de 2008):

$$I = (TX / 100) / 365$$



$EM = I \times N \times VP$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

CLÁUSULA DÉCIMA: Do Reajuste de Preços

10.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inc. II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração, será efetuada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na forma da alínea “d” do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

10.3. A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser feita acompanhada de demonstração analítica da variação dos componentes do custo do contrato, devidamente justificada tais como Notas Fiscais de Aquisição, serviços e outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos, sempre mediante requerimento fundamentado e após autorização expressa do Município de Itambaracá, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

10.4. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório, comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pelo Município, o proponente registrado será por ela convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Da Revisão, Do Cancelamento dos Preços Registrados e Do Cancelamento do Registro De Preços

11.1. Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei no 8.666/93.

11.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

11.3. Os preços praticados na execução da Ata de Registro de Preços terão como referência os preços praticados pelo mercado, não podendo ser superiores aos comercializados e nem incompatíveis com o de mercado.

11.3.1. A Administração realizará periódica pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços praticados na Ata de Registro de Preços (Artigo 9º, inciso XI, Decreto Federal 7.892/2013).

11.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor do bem visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;
- b) Liberar o fornecedor do bem do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;



c) Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

11.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, publicando ATA COMPLEMENTAR da decisão.

11.6. O detentor do Registro de Preços fica obrigado a informar a Secretaria Municipal de Saúde, caso os produtos registrados sofram diminuições de preços, para que o Registro seja atualizado.

11.7. O registro de preços poderá ser cancelado por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

11.8. Conforme Artigo 20 do Decreto nº 7.892/13, o fornecedor do bem terá seu preço registrado cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção previstas no artigo inciso III e IV do caput do Artigo 87, da Lei Federal nº 8.666, de 1993 ou no Artigo 7º da lei nº 10.520 de 2002;

11.9. Conforme Artigo 21 do Decreto Federal nº 7.892/13, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

11.10. O cancelamento do preço registrado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da autoridade competente do Órgão Gerenciador e publicado no Jornal Oficial do Município e por meios eletrônicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Penalidades

12.1. Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 9.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos; ou;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a beneficiária ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.2. Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

12.2.1. Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;



12.2.2. Outras ocorrências que possam acarretar transtornos desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

12.3. .Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

12.3.1. Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor de cada pedido, a cada 24 horas (vinte e quatro) horas de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) de cada fornecimento, podendo a reiteração ou continuidade da recusa ou não entrega do objeto levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

12.3.2. No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 10% (dez por cento) **sobre o valor da parte inadimplida;**

12.3.2.1. No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parte inadimplida;**

12.3.3. No caso de inexecução total do objeto contratado, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) **sobre o valor total do pedido.**

12.3.4. Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido;**

12.3.5. O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.

12.3.5.1. Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.3.5.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Itambaracá, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.4. Com fundamento no Artigo 87, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicado ao fornecedor **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, na seguinte graduação:

- a) Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, a licitante/contratada permanecer inadimplente;
- b) Por até 12 (doze) meses, quando a licitante, ensejar o retardamento na execução do objeto, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;
- c) E por até 24 (vinte e quatro) meses quando a licitante:

I - Abandonar a execução do objeto contratado;

II - Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - Receber qualquer das multas previstas nos subitens anteriores e não efetuar o pagamento.

12.5. Será aplicada sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do que previsto nos artigos 150, inciso IV, e 156, ambos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e Artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

12.6. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Das Responsabilidades das Partes

13.1. Constituem obrigações do **DA CONTRATADA**:

13.1.1. Deverá fornecer os materiais/equipamentos que contenham Registro/notificação/cadastro junto a ANVISA, conforme requisitos técnicos definidos em regulamentação específica da ANVISA.

13.1.2. Os materiais/equipamentos deverão ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de



conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA. O transporte deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a qualidade e integridade dos mesmos.

13.1.3. Deverá realizar a entrega dos materiais/equipamentos solicitados em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, quer seja no preço, prazo de entrega ou demais condições estabelecidas entre as partes.

13.1.4. Deverá responsabilizar-se pela entrega dos materiais/equipamentos, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros, na execução do contrato, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

13.1.5. Deverá responsabilizar-se pela entrega dos materiais/equipamentos, respondendo por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à Contratante e a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade o acompanhamento realizado pela Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

13.1.6. Os materiais/equipamentos deverão ser acondicionados conforme norma do fabricante, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor e em conformidade com as normas vigentes.

13.1.7. Deverá observar rigorosamente as normas de segurança, ambiental, higiene e medicina do trabalho.

13.1.8. Garantir os equipamentos contra defeitos de fabricação pelo prazo não inferior de 1 (ano) ano a contar do recebimento.

13.1.10. Todas as despesas com transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

13.1.11. Deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

13.2.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

13.2.2. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador (es) das mudanças de comportamento.

13.2.3. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução de consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

13.2.4. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

13.2.5. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

13.2.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

13.2.7. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.



13.2.8. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial, sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

13.2.9. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual, ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

13.2.10. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.

13.2.11. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

13.2.12. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.

13.2.13. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.

13.2.14. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

13.2.15. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico, elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.

13.2.16. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

13.2.17. A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

13.2.17.1. Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos.

13.2.17.2. Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como, de papel confeccionado com madeira de origem legal.

13.2.18. Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

13.2.19. Deverá, se possível, adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo uma política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto n. 5.940/2006.

13.2.20. Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.3. Constituem obrigações **DO CONTRATANTE:**

13.2.1. Requisitar o objeto, por meio de Solicitação de Fornecimento, conforme as necessidades da Secretaria Requisitante.

13.2.2. Conferir o fornecimento do produto, embora a licitante vencedora seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

13.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.



13.2.4. Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na entrega dos materiais/equipamentos e interromper imediatamente o fornecimento se for o caso.

13.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.

13.2.6. Impedir que terceiros forneçam o objeto deste edital.

13.2.7. Efetuar o pagamento à licitante vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de entrega, emitido pelo Departamento de Abastecimento, por meio do fiscalizador designado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Do Acompanhamento

14.1. Caberá ao gestor da Ata de Registro de Preços a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preços e ainda:

I - Propor ao órgão competente, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
II - receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

III - acompanhar o processo licitatório, em todas as suas fases;

IV - manter controles adequados e efetivos da presente Ata de Registro de Preços, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelo fiscal;

V - propor medidas que melhorem a execução da Ata de Registro de Preços.

14.2. Caberá aos fiscais da Ata de Registro de Preços, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor da Ata de Registro de Preços as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da execução do objeto e ainda:

I - atestar, em documento hábil, o fornecimento, após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

II - confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na Ata de Registro de Preços;

III - verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

IV - comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;

V - acompanhar a execução contratual, informando ao gestor do contrato as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do fornecimento/execução;

14.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

14.4. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, que não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

14.5. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos/serviços considerados inadequados.

14.6. Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá indicar preposto, **aceito** pelo fiscal deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.



14.7. Ao preposto da CONTRATADA competirá, entre outras atribuições:

- a) representar os interesses da CONTRATADA perante o CONTRATANTE;
- b) realizar os procedimentos administrativos junto ao CONTRATANTE;
- c) manter o CONTRATANTE informado sobre a qualidade dos produtos/serviços fornecidos;
- d) comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal da Ata de Registro de Preços com os esclarecimentos julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO:

15.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.2. A fiscalização da execução do objeto da Ata de Registro de Preços será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, através dos servidores indicado abaixo, o qual atuará no acompanhamento das solicitações, entrega e recebimento dos produtos:

15.3. O gestor do contrato é o (a) Sr(a). Maristela da Luz, designado pela Portaria nº 214/2022.

15.4. O responsável pelo recebimento do objeto deste contrato, é o (a) Sr (a) Silvana de Lima, designado pela Portaria nº 061/2023.

15.5. O responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização deste contrato, é o (a) Sr (a) Juliana Aparecida Soares, designado pela Portaria nº 062/2023.

15.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Da Publicação

16.1. Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, será publicado o extrato do instrumento da Ata de Registro de Preços (Ata SRP) no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

16.2. A Ata de Registro de Preços será publicada no Sítio da Prefeitura Municipal – www.itambaraca.pr.gov.br, sendo republicada trimestralmente conforme determina a Lei nº 8.666/93, no Art. 15§2º.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Legislação Aplicável

17.1. O presente instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93, suas alterações e legislação correlata, Lei 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

Ihe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

17.2. Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Disposições Gerais

18.1. O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer produtos/serviços, objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 0 [redacted]/2023.

18.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme Artigo 12, § 1º do Decreto Federal nº 7.892/13;

18.3. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25%(vinte e cinco por cento) de que trata o § 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

18.4. O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os produtos/serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Itambaracá/Pr.

18.5. Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Itambaracá/Pr não será obrigado à aquisição/contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

18.6. Poderá a Administração, mesmo comprovada a ocorrência mencionada no parágrafo anterior, optar por cancelar a Ata e providenciá-lo em outro procedimento licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Andirá - Pr, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas.

Itambaracá, ___ de ___ de 2023

Assinatura do CONTRATANTE

Assinatura da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: